

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

7 DE ABRIL DE 2010

21.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. RODRIGO COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO ZON MULTIMÉDIA.*

*APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELO GRUPO
PARLAMENTAR DO CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

Oradores:

Pedro Filipe Soares (BE)

Luís Gonelha (PS)

Ramos Preto (PS)

Jorge Costa (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 08 minutos

Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos com a audição do Sr. Rodrigo Costa, Presidente da ZON.

Nos termos dos procedimentos que adoptamos, nesta audição, a primeira pessoa a colocar as questões é o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Rodrigo Costa, enquanto responsável da ZON, e por contextualizar o requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, a solicitar a vinda do representante da ZON a esta Comissão, que, no fundo, foi o operador que participou no Programa e.escolinha e que nos faltava ouvir, mas é um operador com uma particularidade especial, porque, dos quatro, é o único que não participou no negócio, em 2000, das contrapartidas relativas à adjudicação de licenças UMTS. Este é um dos pontos fundamentais, porque demonstra que aquilo que nos foi dito pelo ex-Ministro Mário Lino, de que a necessidade que houve da criação do e.escolinha e a forma como os computadores *Magalhães* foram comprados pelos operadores, decorreu assim, o processo foi o que conhecemos, devido à existência de contrapartidas por parte das operadoras.

A primeira pergunta que faço, porque desmente esta afirmação, é no sentido de saber se a ZON tinha alguma obrigação, enquanto obrigação de contrapartidas, a dar ao Estado português, a nível do concurso dos UMTS, porque a nossa informação é a de que não teria. Logo, esta afirmação do ex-Ministro Mário Lino não é válida para todos os operadores, não é válida

para o processo, porque a ZON é a demonstração de que não havia quaisquer contrapartidas a dar, sendo que a própria Vodafone nos disse que, na altura do Programa e.escolinha, também já não devia qualquer contrapartida ao processo.

Pergunto, concretamente: tinha, ou não, a ZON alguma obrigação, quanto a contrapartidas, a dar ao Estado português?

Depois, entrando já no processo do e.escolinha, o ponto público do anúncio do Programa e.escolinha e também do computador *Magalhães*, desejava perceber se esteve, ou não, presente na cerimónia de 30 de Julho — já temos informação de que esteve, mas quero que a confirme —, a convite de quem e em que data, mais ou menos, recebeu o convite, até porque, para a ZON, o processo terá, necessariamente, de ter sido diferente das restantes operadoras. A ZON não esteve envolvida no Programa e.escola, apareceu, apenas, no e.escolinha; logo, terão, necessariamente, de ter existido contactos *a priori* para avaliar do interesse da ZON ou terá sido até a própria ZON a indicar interesse ao Ministério para participar neste novo programa. No fundo, quero perceber qual foi a metodologia, qual foi o processo, se foi iniciativa da ZON ou se foi iniciativa do Ministério. Qual foi o ponto de ligação entre a ZON e o Ministério? Quem era o responsável por esta ligação, com quem foram feitos os contactos? Qual foi a data dos contactos em que vocês foram informados de que poderiam participar num dos programas do âmbito do Programa e.escola e quando é que tiveram conhecimento do Programa e.escolinha, em particular, e da forma como iriam participar, sendo que, no dia 30 de Julho, se assinou um acordo de princípios, mas este acordo, obviamente, teria de ter sido preparado anteriormente, teria de ter sido alvo de negociação prévia.

Tivemos indicação, por parte de outros operadores, que receberam as características dos computadores, no âmbito do Programa e.escolinha, no dia 15 de Setembro de 2008. Gostaria que nos confirmasse se a ZON

também teve a mesma informação, no mesmo dia e se o processo foi o mesmo. Isto é, no dia 15, existiu uma distribuição de características pelos operadores e, no dia 23 de Setembro, existiu uma primeira distribuição de computadores nas escolas. Ora, eu gostaria de perceber se a ZON foi envolvida nestes dois pontos: se no dia 15 também recebeu as características e se participou nessa distribuição de computadores pelas escolas no dia 23 de Setembro, uma cerimónia pública largamente difundida pela comunicação social.

Os regulamentos, os contratos, relativos ao Programa e.escolinha, demoraram vários meses até serem assinados. Gostaria de perceber se, ao longo deste tempo, existiu alguma alteração às características que haviam sido definidas previamente. Ou seja, àquelas características indicadas no dia 15 de Setembro houve, ao longo das negociações que existiram até ao culminar da assinatura do contrato e do regulamento do Programa e.escolinha, algumas alterações. Ou seja, vocês tiveram informação de alteração das características dos computadores?

Gostava que nos explicasse por que é que se demorou tanto tempo até à assinatura do contrato. A realidade concreta era a de que os computadores estavam a ser distribuídos nas escolas, com possibilidade de activação de banda larga; no entanto, os contratos são assinados todos *a posteriori* e todos remetendo para a mágica data do dia 30 de Agosto de 2008, que era um sábado e, inclusive, uma data prévia à existência da Fundação para as Comunicações Móveis. Para perceber este processo, como é que aconteceu, gostaria de conhecer a explicação que a ZON tem para o mesmo.

Dado que se inclui, neste momento, já a Fundação para as Comunicações Móveis, pergunto: quando é que a ZON teve conhecimento da existência da Fundação para as Comunicações Móveis, da sua formação? Com quem foram os contactos que tiveram anteriormente à

assinatura do acordo de princípio do Programa e escolinha? Foi com a entidade gestora do Fundo para a Sociedade de Informação ou, nessa altura, já sabiam que iria existir uma Fundação e que, depois, tudo seria passado para a Fundação? Enfim, no fundo, qual é a informação, relativamente ao detentor desta ligação entre Ministério, operadores e regulador deste relacionamento, de que vocês tiveram conhecimento?

Também gostava de perceber qual foi, efectivamente, o número de computadores que a ZON já distribuiu. Já recebemos a documentação, que é extensa, pelo que ainda não tivemos hipótese de a ver toda, são várias centenas de páginas, mas queremos que nos dê números mais gerais sobre o número de computadores distribuídos, o número de computadores que resultaram em contratos de ligações à banda larga, para perceber se, tal como as outras operadoras, um número *versus* o outro resulta apenas numa ínfima parte dos computadores distribuídos em ligações à banda larga. Se assim for, consideram, na prática, que foram intermediários para a compra de computadores, dado que o vosso negócio era as activações de acesso à banda larga e que essas activações quase não existiram, face ao grosso de computadores vendidos? No fundo, quero perceber se consideram, ou não, que foram meros intermediários na compra dos computadores e que este negócio saiu muito diferente daquele de que, à partida, tinham ideia do que poderia ser.

Nesta primeira fase, de uma forma muito económica quanto ao tempo, fico-me por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa** (Presidente do Conselho de Administração da ZOM Multimédia): — Vou tentar responder a todas as perguntas, que não

são muitas, mas são complexas, e, se me esquecer de algum detalhe, agradeço que me lembre.

A ZON não participou, não esteve envolvida, nem sequer era um operador móvel ao tempo das licenças UMTS. Portanto, nós não fizemos parte do processo do licenciamento do espectro; logo, não tínhamos qualquer compromisso em relação a essas mesmas licenças e à sua forma de licenciamento. De facto, não havia qualquer ligação connosco.

Também não fazemos parte da Fundação para as Comunicações Móveis, porque não somos operador móvel. O negócio, na área de móveis, que a ZON tem é um negócio de operador virtual, onde tem um contrato com a Vodafone, e, portanto, é apenas um pequeno intermediário num negócio, que, com franqueza, é, de facto, muito, muito, pequenino.

Depois perguntou se tínhamos, de facto, estado presentes na cerimónia de 30 de Julho. Estivemos, fomos convidados a... O processo é muito simples: durante Julho, fomos convidados pelo Ministério a estar presentes numa reunião. Os convites, que, normalmente, vêm do Ministério para este tipo de reuniões, são sempre feitos em nome do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Houve uma reunião em que não estive presente, estava ausente, e a essa reunião foi um colega meu, administrador como eu, e, depois, passados uns dias, houve uma outra reunião. Ambas ocorreram, por acaso até posso precisar, uma, no dia 22 de Julho e, outra, no dia 25 de Julho. São as reuniões normais de um processo deste tipo, em que nos é apresentada uma ideia, foi-nos apresentado o projecto que se pretendia executar; nós achámos que era um projecto interessante, e eu, porque ao longo da minha vida profissional, não só em Portugal como noutros países, participei em muitos projectos deste tipo, que, no fundo, procuram dar acesso a meios informáticos às camadas mais jovens e, nomeadamente, às camadas da população com mais dificuldades económicas, e foi esta a nossa motivação

para participar. Portanto, essencialmente, achámos que era um projecto em que gostaríamos de estar envolvidos. De certa maneira, respondendo à sua pergunta, sobre se fomos convidados ou se nos fizemos convidados, direi que foi um pouco das duas coisas. Achámos interesse na iniciativa, achámos que era importante para o País, quisemos participar, e as razões não serão as razões comerciais normais, mas, como é óbvio, participar em projectos sociais ajuda à imagem das empresas, e, portanto, foi por isto que suportámos e participámos no projecto.

Sobre algumas questões que me coloca, confesso, não sou eu que trato de alguns detalhes desta operação, como é normal. Pediram-nos a documentação, mandámos toda a documentação que temos sobre estes temas, que, como viram, é extensíssima, porque são processos burocráticos de grande complexidade, de muito detalhe. Portanto, eu, obviamente, não tenho conhecimento de todas as datas, de todas as reuniões que houve entre as partes no sentido de saber como é que os computadores foram definidos ou deixaram de ser definidos.

Há aqui uma questão que recordo e que é a seguinte: no dia 30 de Julho, o computador foi apresentado publicamente. Portanto, quando nós fizemos a assinatura do protocolo, havia um computador. Uma das coisas que achei muito interessante neste projecto foi, precisamente, conseguir definir um preço para um computador muitíssimo baixo. Na altura, tanto quanto sabíamos, haveria, eventualmente, um, dois ou três fabricantes em Portugal, que poderiam fornecer máquinas naquelas condições, e, portanto, o computador ou o conceito que é apresentado e que foi apresentado nesse dia (há imagens dessa apresentação pública, no dia 30 de Julho) estava lá, e, portanto, sabíamos, mais ou menos, do que se estava a falar.

Quanto a saber qual foi exactamente a forma como é que as especificações foram, ou não, dadas, temos uma área de compras... Na ZON não se compra nada sem passar por esse departamento de compras e o

departamento de compras fez a sua análise de quem poderiam ser os potenciais fornecedores. Agora, não me peça detalhes sobre como esse processo se passa. A única coisa que sei é que nunca compramos nada sem serem consultados mais do que um fornecedor, embora a empresa, sendo uma empresa privada, possa ser regida pelas normas que bem entenda ter. No entanto, somos muito criteriosos na forma como defendemos a nossa actividade e procuramos comprar sempre muito bem.

O que fizemos, não tenho dúvida alguma, foi procurar saber quem seriam as empresas mais bem posicionadas nesta classe de computadores e, assim, começámos a trabalhar, e confesso que, por volta de Setembro, já se falava muito sobre as empresas que, eventualmente, poderiam participar, as empresas que poderiam estar interessadas. Algumas empresas manifestaram-se publicamente, dizendo que tinham interesse neste concurso, outras disseram que não tinham possibilidade. Portanto, acho que foi um processo, tanto quanto sei, bastante público até.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Permita-me que precise uma das afirmações que fez agora. Falou-nos na cerimónia de 30 de Julho e juntou também a indicação do preço, face às características do computador. Teve conhecimento do preço na cerimónia?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não! Quando nós assinámos... Há bocado, também me perguntou como é que surgiu o contrato. Fizemos algumas reuniões na semana anterior, mostrámos o nosso interesse em participar nesta iniciativa e, quando falámos nesta iniciativa, já se tinha uma ideia do que estaríamos a falar em termos de valores. Não sei precisar se, nessa altura, se disse ser 200, 250, 300 ou o que seria, mas tínhamos ideia de que estávamos a falar de um computador com um custo muito, muito, baixo. Quem vive nesta indústria sabe, mais ou menos, quais são os padrões de

preço que existem, e, portanto, para nós, não havia qualquer dúvida de que estaríamos a falar de um computador na ordem dos 200, 200 e poucos euros. Que me recorde, mas vocês têm cópia desse documento, no acordo inicial, não tínhamos o preço perfeitamente definido. Essencialmente, o que ficou nesse acordo foi a limitação do que seria a nossa participação e o nosso interesse em participar. Foi isto que ficou patente no dia 30 de Julho.

Porquê fazer-se um acordo ou uma apresentação a 30 de Julho e só se ter assinado um contrato muito mais tarde? Todas as entidades aqui envolvidas, os operadores, o Governo, os operadores logísticos, são pessoas que... Muitas vezes, temos de avançar para os negócios sem ter todos os detalhes completamente definidos. Avançámos por uma razão muito simples: tínhamos um acordo de princípios, escrito, assinado entre as várias partes, era uma situação bastante transparente entre todos os operadores e o próprio Governo, e, portanto, não hesitamos em começar a avançar em participar no projecto.

Mais uma vez, o projecto, do ponto de vista comercial, não era a nossa prioridade, aliás, sabíamos que estávamos a participar num projecto em que o interesse comercial iria ser muito limitado, tivemos sempre esta percepção. No entanto, não quisemos deixar de participar, quisemos estar presentes e estivemos em várias cerimónias, não só na primeira escola, e, se não me falha a memória, estive em Matosinhos, mas houve muitas outras escolas, e estivemos presentes em praticamente quase todas. A ZON tem participação nacional, em termos de mercado de televisão, banda larga e voz, e, portanto, achámos que seria bom fazer esta participação, estar presente no evento, num número máximo de escolas.

Entregámos 34 000 e poucos computadores (por acaso, posso dar exactamente o número, porque o tenho aqui, foram 34 500, mais ou menos) e as subscrições de serviços ZON foram cerca de 330 a 340. Foi, de facto, um número muito pequenino.

Não nos considerámos aqui um agente passivo, não nos consideramos um mero distribuidor de computadores, nem pouco mais ou menos. Nós, através desta iniciativa, primeiro, participámos em algo que, a meu ver, é socialmente importante para o País. Acho que é importante termos a noção de que Portugal, em termos de banda larga, estava com números ainda fracos e, hoje, está melhor, graças a este tipo de iniciativas, que não é a única. Não estivemos relacionados com o e.escola, como focou, mas, no e.escolinha, em que tivemos oportunidade de participar, achamos que foi útil. Portanto, o balanço que fazemos de todo este processo é, obviamente, positivo. Incorremos em despesas, conscientes; viram pelo monte de papel que entregámos que aquilo deu muito trabalho, mas achamos que, de certa maneira, também, levou a nossa marca junto de muitos estudantes, de muitas famílias, que ficaram a conhecer a nossa empresa pelas boas razões.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma das perguntas que eu fiz era sobre se houve alterações das características definidas. Não me confirmou se, no dia 15 de Setembro, tinham ou não recebido características. Do que percebi, não tem bem a noção do que foi esse processo. Já estavam definidas algumas, inicialmente, na altura da definição do protocolo ou do acordo de princípios, mas não faz ideia se, depois, em Setembro, antes da primeira distribuição de computadores, receberam mais características.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, esse processo foi tratado pelos meus colegas que tratam do tema de encomendas, especificações, consultas, e, portanto, é um detalhe que, com franqueza, as minhas funções não me permitem ter disponibilidade de tempo a esse nível.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se não me engano, tiveram 34 500 computadores distribuídos e 330 activações. Foi isto que disse?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Exactamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O que dá cerca de 1% das activações para os computadores distribuídos, mas, mesmo assim, não considera que foi uma questão de intermediação de computadores.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Claro que não, de maneira nenhuma!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas confirma que é 1% de activações para os computadores distribuídos?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Penso que fui muito claro ao dizer que esta não foi uma iniciativa em que tivéssemos participado em busca de um lucro na operação. Nós participámos nesta operação... Empresas com a nossa dimensão, muitas vezes, fazem projectos por um instinto de apoio a actividades sociais, por querer ajudar. E, portanto, foi esta a nossa motivação. Eventualmente, outros operadores podem ter feito as suas contas de maneira diferente, até porque existia o tema, de facto, das contrapartidas, havia um compromisso de ter de se fazer um determinado investimento em determinado tipo de actividades. Nós, embora não tivéssemos esse investimento comprometido, decidimos, voluntariamente, que queríamos participar no programa, e assim fizemos.

Fazer a entrega de 34 000 computadores a 34 000 estudantes é uma actividade importante para o nosso negócio, porque, no fundo, leva-nos à presença de pessoas que, amanhã, vão ser os nossos clientes do futuro e,

por outro lado, dá-nos alguma satisfação participar, mais uma vez, em projectos que tenham um cariz social importante.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Compreendo. Mas, dos valores que nos trouxe, se multiplicarmos os 34 500 pelos 213 €, que era o valor do protocolo dos computadores, temos cerca de 7 348 500 €, dos quais 7 milhões foram puramente entradas ou pelo Governo ou por quem adquiriu os computadores, os tais 20 € ou 50 €. A ZON teve o restante, os trezentos e poucos mil euros.

Neste contexto, em que se compraram 34 500 computadores e em que os montantes envolvidos eram estes, a parte da ZON foi muito reduzida, a parte das 330 activações — e já estou a descontar nos tais 7 348 000 — foi de 1%. Tirando toda a vertente da imagem da empresa, no fundo, foi mesmo um intermediário para a compra de computadores por parte do Governo.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Lamento imenso, mas não estou de acordo consigo. O seu conceito de distribuição não é o meu conceito de distribuição.

Gostava só de esclarecer o seguinte: o nosso contributo para este projecto é, de facto, algo muito importante: é a logística de chegar às pessoas. É, no fundo, dar oportunidade a estas crianças de terem tido, de facto, acesso ao computador, e isto não é propriamente o trabalho do distribuidor. Portanto, o nosso trabalho vai muito além deste.

Em relação aos montantes que referiu, a nossa participação neste projecto tinha uma limitação, o que também está nos documentos que os senhores receberam, em relação ao valor. Nós decidimos investir neste projecto 1 milhão de euros. Portanto, não pagámos 34 000 computadores. Neste projecto, o que fizemos foi o seguinte: disponibilizámos 1 milhão de

euros para apoio à iniciativa e, à parte disto, tínhamos o compromisso, que cumprimos, que foi, por cada activação que houvesse de cada computador de serviço da ZON a ZON pagava, de facto, cerca de 200 €, se não estou em erro 212 €, por cada activação. Portanto, este é o nosso contributo.

Não tenho qualquer dúvida de que este foi um projecto (e talvez por isso me custa um bocado ouvir que o nosso papel foi de mero distribuidor, com o que não estou de acordo)... A nossa participação vai muito além daquilo que é agarrar numa caixa e entregar a alguém ou meter as caixas numa camioneta e distribuí-las pelo País inteiro. O nosso trabalho é muito diferente disto, porque obriga-nos a conhecer as pessoas, obriga-nos a saber se essas pessoas têm serviços de comunicações ou não, se têm, ou não, televisão, se têm, ou não, voz, e, portanto, isto, de certa maneira, também nos cria uma oportunidade para conhecer melhor o mercado.

Em muitas das áreas, onde fizemos distribuição de computadores, nunca tínhamos tido actividade absolutamente alguma e até, de certa maneira, ficámos surpreendidos por que é que pessoas, que, nem sequer eram nossas clientes, pediram para ser a ZON a distribuir esse seu computador.

Portanto, acho que isto é um trabalho que é um pouco diferente do de ser apenas um distribuidor.

Peço desculpa pela minha teimosia, mas é o meu negócio, e sou obrigado a saber dele.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Dr. Rodrigo Costa e bom dia, Srs. Deputados.

Ficamos realmente espantados que um partido, *a priori* com uma génese de preocupação social, esteja aqui a levantar questões no sentido da defesa de um mercantilismo puro e duro, porque não consegue reconhecer nas empresas que aqui tivemos oportunidade de ouvir, nomeadamente os operadores, a parte da participação social dessas empresas, e espanta-nos que um partido com essa génese, ou que deveria ter essa génese, venha, cada vez que ouvimos aqui um operador, com argumentos mercantilistas para cima da mesa.

Em primeiro lugar, gostaria de tentar esclarecer aqui algumas confusões que se tentam lançar para cima da mesa, à conta das datas das assinaturas, dos protocolos, dos acordos e dos contratos.

Foi aqui dito por si que, desde que tiveram conhecimento das características dos computadores a distribuir no Programa e.escolinha, não houve alteração dessas características até ao final do programa.

Também aqui afirmou que assinaram o contrato a 16 de Abril de 2009, porque, por vezes, há aqui algumas coisas a acertar. Penso que não haveria assim tantas, penso que foi, se calhar — e gostaria que me respondesse a isto —, mais uma questão de oportunidade da assinatura do contrato do que, propriamente, alguma coisa a alterar, porque as características estavam definidas, de acordo com o que nos foi dito pelos outros operadores, a partir do dia 15 de Setembro. Portanto, não deduzo daí que tenha havido grandes alterações.

Nesse mesmo dia 16 de Abril de 2009, além de assinarem o contrato, também assinaram um protocolo. Portanto, o contrato refere-se às obrigações que o Estado e a Fundação tinham de cumprir para com a operadora e ao protocolo entre o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação, a Fundação e todas as operadoras.

Sabemos, também, através deste protocolo, que, depois, a negociação dos contratos seria operadora a operadora, porque cada uma delas

contribuiria da sua própria forma com aquilo que entendesse para a sociedade de informação. E, neste caso, a contribuição da ZON, como aqui também foi referido, foi cerca de 1 milhão de euros mais x por cada ligação.

Quanto às datas, convém dizer que no primeiro acordo de princípios, assinado a 30 de Julho de 2008, se refere que deveriam ser celebrados protocolos, preferencialmente, até 30 de Agosto; daí, todos os protocolos e contratos assinados posteriormente a esta data remetem a 30 de Agosto, porque já havia, no acordo de princípios, a referência de que iriam ser assinados, preferencialmente, até 30 de Agosto e que seriam válidos para o ano lectivo 2008/2009. Portanto, tinham de fazer referência a essa data e de retroagir à mesma.

Pergunto-lhe, agora mais concretamente: sabe ou tem alguma ideia, e já aqui nos disse que foi a central de compras, de quantas empresas é que consultaram para o fornecimento deste tipo de computadores? Quantas propostas alternativas ao computador *Classmate Magalhães* lhe foram apresentadas? Houve alguma alternativa a essa escolha? Se houve alternativa, por que é que não foi escolhida outra marca, outro tipo de computador?

Pergunto (e, se calhar, convém precisar isto): por que é que a ZON não participou no e.escola? Penso que o motivo é a data de constituição da própria ZON; a ZON esteve «agarrada» à PT e só depois da OPA à PT é que houve a separação entre a TV Cabo e a PT. Pode precisar a data de constituição da ZON, Se calhar, é importante para se perceber por que é que a ZON não esteve envolvida no Programa e.escola e, depois, esteve envolvida no Programa e.escolhinha?

Por agora, é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Pergunta-me por que é que o acordo foi assinado no dia 30 de Julho. Com franqueza, admito que a data tenha sido escolhida, porque ser uma data em que os vários convidados que participaram poderiam estar no local. É como qualquer data. Tem de haver uma data, define-se uma data e fazem-se as coisas. Com franqueza, não me recordo de nenhum evento específico que tenha obrigado a que a data fosse essa ou fosse outra qualquer. O processo estava mais ou menos... É importante lembrar que nós, inclusive, não participamos todos, em simultâneo, em todas as reuniões. Da nossa parte, foi esta a data que nos foi apresentada. Aceitámos estar presentes, tivemos oportunidade de ver o documento antes de o assinar, tínhamos dado *input* em relação a todo este processo sobre esta iniciativa, revemo-nos naquilo que assinamos, e, portanto, assim foi concretizado.

Pergunta-me quantas empresas consultamos para a compra dos computadores. Com franqueza, a única coisa que posso dizer é que são sempre duas ou mais empresas. Não sei detalhes sobre o processo, se consultámos cinco ou seis, mas duvido, pelas razões que já falei há pouco, que assim não fosse. Tendo em conta que era um computador que já tinha, digamos, uma limitação de preço tão grande, tão grande, tão grande, obrigava a que grande parte dos fornecedores de computadores não pudessem responder, e, de certa maneira, até me surpreendeu como é que se tinha conseguido chegar a um preço tão baixo. Portanto, não havia, de certeza, no mercado, muitas empresas com capacidade para poder fornecer este computador a este preço. Aliás, tanto quanto julgo saber, inclusive, já em consultas posteriores ao mercado, várias empresas disseram que, de facto, não conseguiam chegar a este nível de preços. Na medida em que

esta é um bocadinho a indústria onde trabalhei parte da minha vida, sei bem a dificuldade de se conseguir fabricar um computador de qualidade a estes preços, e, portanto, acho que, neste aspecto, o preço era muito competitivo e muito limitativo, fosse quem fosse o potencial fornecedor. Mas a ZON, como eu disse há pouco, consulta sempre duas ou mais empresas em qualquer processo, e, portanto, posso afirmar, sem qualquer dúvida, que assim também foi feito.

O Sr. Deputado pergunta-me por que é que não participamos no e.escola. Como também já disse, não participamos no e.escola por uma questão muito simples: a ZON ou a PT Multimédia, neste caso, poderia ter sido a PT Multimédia, não era operador móvel e o e.escola foi um programa só vocacionado para os operadores móveis. E, de facto, como não tínhamos as tais contrapartidas para cumprir, nessa altura, não fez sentido a empresa participar. Mas, como eu não estava na empresa, também não sei.

A separação das empresas foi a 21 de Setembro de 2007 e nós só viemos a ter o nosso operador móvel virtual a funcionar bastante mais tarde, e, eventualmente, a empresa tinha outra gestão e ela pode ter tido opções diferentes. Portanto, não sei quais as razões que a levaram a não participar. A única coisa que sei é que, de facto, não fizemos parte do programa e, quando soubemos do e.escolinha, quando nos foi apresentada a ideia, é óbvio que cada operador, tanto quanto julgo saber, participou em condições diferentes, uns pagaram um valor maior e deram um contributo por computador mais baixo, outros, se calhar, deram menos dinheiro e ainda pagaram mais alto. Mas, aí, com franqueza, não tive sequer curiosidade em estar a ver como é que os outros fizeram, porque, para nós, como eu disse, era um projecto bastante fechado, sabíamos o que queríamos fazer e também temos noção da nossa dimensão. Se, por um lado, não temos dificuldades de contributos logísticos importantes, não

queríamos ter aqui um... Também temos limites, em termos de orçamento, para participar.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Perguntei por que é que tinha assinado a 16 de Abril o contrato e não o de 30 de Julho. Era só esta...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ao de 16 de Abril, acho que, de certa maneira, também se aplica a mesma questão.

O contrato de 16 de Abril é, de certa maneira, um contrato mais importante, inclusive, até que o de 30 de Julho, por uma razão muito simples: tem muitas especificidades, em relação à forma como é definida a relação, primeiro, de uma Fundação de que não fazemos parte, que é a Fundação para as Comunicações Móveis, e, por outro lado, este sim, entra em muito detalhe operacional, que era preciso estar perfeitamente claro entre as várias partes. Portanto, a razão de ser feito agora... Mais uma vez, poderia ter sido feito, se calhar, a 16 de Abril, poderia ter sido feito um bocadinho antes, poderia ter sido feito um bocadinho depois... Porém, há, aqui, uma questão muito importante: se, durante um determinado tempo, poderíamos trabalhar baseados num contrato ou num acordo de princípio, numa determinada altura todas as partes envolvidas queriam, de facto, ter as coisas muito bem reguladas, para, inclusive, poderem fazer pagamentos, para poderem fazer entregas, para poderem fazer acordos de contas. Todos estes detalhes ficaram perfeitamente regulados nos acordos de 16 de Abril, que foram dois, um, entre nós e os operadores de comunicações, e, outro, o contrato entre nós, a Fundação e o Ministério.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra, apenas para realçar...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, é só para realçar que o Sr. Rodrigo Costa falou sempre na Fundação, mas, na parte final, referiu que, efectivamente, o contrato que nos foi enviado ontem pela ZON, que é de 16 de Abril, tinha sido celebrado com a Fundação e com o Ministério, como é óbvio, pois assim tinha de ser. Só queria fazer a precisão de que também foi celebrado com o Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por agradecer a disponibilidade da ZON e do seu Presidente para nos prestar esclarecimentos.

Recordo que o âmbito desta Comissão é avaliar a actuação do Governo em todo este processo e, portanto, é disto que estamos aqui a falar, mais da actuação do Governo do que da ZON propriamente dita. Agora, é evidente que, para nós, são importantes os esclarecimentos da ZON para chegarmos à avaliação do Governo.

Começo com as duas reuniões que referiu aqui, as reuniões de 22 de Julho e de 25 de Julho, reuniões que antecederam o célebre dia 30 de Julho, em que foi feita a apresentação do computador. Pergunto-lhe, concretamente: com quem foram essas reuniões? Quem era o interlocutor da ZON sobre esta matéria? Percebi que disse que foi nessas reuniões que lhe falaram, pela primeira vez, no computador *Magalhães* e no Programa

e.escolinha. Peço-lhe que confirme se abordaram a temática do computador *Magalhães* e se foi nessa reunião que falaram de preços. Já agora, confirme também se falaram de fornecedores. Percebemos que possam ter sido feitas consultas a várias entidades, mas o facto é que os quatro operadores compraram os computadores todos às mesmas empresas, não todos ao mesmo preço, é verdade, há diferenças de cêntimos de uns para os outros, mas compraram todos às mesmas empresas. Pode ser coincidência, mas é uma parte da questão que é importante esclarecer.

Já nos disse aqui que não domina todos os detalhes. Percebemos que sim, mas ficamos com pena que, numa matéria tão importante como seja o processo de aquisição dos computadores, não conheça bem os detalhes. Mas registamos esta coincidência entre os quatro operadores.

Relativamente ainda a essa reunião, também gostaria de saber de quem foi a iniciativa da participação da ZON em todo este processo, se foi a ZON que contactou o Governo ou se foi o Governo que contactou a ZON. Como é que isto, de facto, se iniciou, para podermos enquadrar isto naquilo que já sabemos por parte dos outros operadores? Até porque a intervenção da ZON, em todo este processo, desfaz um mito, que aqui foi alimentado durante algum tempo, que é o de saber por que é que nasce a Fundação. Uma das razões para a criação da Fundação era a utilização dos investimentos ou das contrapartidas que derivaram da concessão das licenças UMTS. Percebemos agora que, com a intervenção da ZON, não é nada assim, porque a ZON nada tem a ver com as licenças UMTS, não participou nesse concurso, nem sequer existia. Portanto, a intervenção da ZON neste processo e a sua relação com a Fundação para as Comunicações Móveis é um processo à parte das licenças UMTS, ficando assim demonstrado que a Fundação não foi só para resolver a questão das licenças UMTS.

Disse-nos aqui que foi uma intervenção social e eu gostava de abordar um bocado mais esta questão, até porque, em resposta a um outro Deputado, referia que foi um contributo social que os levou à presença de mais pessoas, não foi um mero processo de distribuição e aproveitaram para dar oportunidade a outros de terem acesso a este programa.

Percebo que a ideia da ZON fosse essa. Mas o facto é que os senhores foram ressarcidos por isso; todos os computadores que entregaram, a Fundação pagou à ZON ou, se não pagou, está a dever, mas vai pagar, um valor, conforme está no contrato, de 213 € mais IVA, no de lhe ser aplicado.

Portanto, esse papel de distribuidores, de intermediários, que já foi aqui assumido pelos outros operadores, é um facto que existiu. Podem ter uma componente adicional para além disso. E é esta componente adicional que eu gostava de ver discutida aqui, porque, de acordo com os contratos que nós vimos, a ZON adiantou, à cabeça, 1 milhão de euros com a assinatura do contrato de Abril. Cada um dos operadores adiantou uma parte da verba, no caso dos outros, foi para descontar as contrapartidas, no caso da ZON, não é para descontar contrapartidas algumas. Mas nós tivemos um montante de 100 000 € adiantado pela Optimus, 250 000 adiantados pela Vodafone e 11,5 milhões adiantados pela TMN. No caso da ZON é 1 milhão de euros, e eu pergunto: porquê 1 milhão de euros? Gostava de saber se isto foi estabelecido com base em algum critério, na medida em que isto é diferente de uns para os outros. Curiosamente, os que têm 100 000 e os que têm 250 000 também têm um valor idêntico, à volta dos 200 €/ligação que fosse efectuada.

Mas, portanto, o contributo da ZON terá sido de 1 milhão de euros à cabeça e, depois, 200 € por cada ligação, que, vezes as tais 340, estamos a falar de 68 000 €. Portanto, o contributo da ZON terá sido 1 068 000 € para este processo. Isto pode ser considerado um contributo social, nas suas

palavras, como também pode ser considerado um investimento comercial, na medida em que lhes permite, de facto, chegar a muita gente, porque, e volto a referir, a componente «entrega de computadores» foi-lhes completamente ressarcida por parte da Fundação. Portanto, não há aí nenhum investimento directo da ZON nos computadores que são entregues. Poderá ter a componente da logística, mas, deixe-me que lhe diga, será o único caso, porque os contratos negociados entre a Fundação e os outros operadores, em todos os casos, é paga a logística, todos os outros recebem pela logística. Aí, quando muito, poderá ter isto, mas foi um critério.

Gostava, também, que confirmasse quando é que foi a primeira entrega de computadores e se esteve ou não presente. Há pouco não percebi se disse se esteve ou não presente na tal primeira entrega, a 23 de Setembro, de cerca de 3000 computadores.

Como é que estão as contas com a Fundação, na medida em que nós vimos um acordo de contas, celebrado a 14 de Janeiro de 2009, em que ainda havia uma dívida de cerca de 785 000 € da Fundação à ZON, e não sei se isto está tudo resolvido ou não? A Fundação, a nós, disse que não havia dívida, mas era importante clarificar esta questão, até porque já fizemos a pergunta a outros operadores.

Se o contrato que tem as características dos computadores *Magalhães* só foi celebrado a 16 de Abril de 2009, e nesse dia assinaram dois contratos (o que define as condições de fornecimento e também um outro contrato, que é o regulamento a outro protocolo, que tem um regulamento para o e.escolinha), as entregas antes foram feitas com base em quê? Como é que foi a definição das características para os computadores poderem ter sido entregues antes? Terá sido o tal *e-mail* que foi enviado a outros operadores, que já tinha as características?

Era isto que também gostávamos que nos esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Começo pelo tema das reuniões dos dias 22 e 25, sobre aquilo que eu disse dessas reuniões, eu não falei sobre o que o conteúdo dessas reuniões. Disse, apenas, que houve uma reunião no dia 22, à qual eu não estive sequer presente mas, sim, um colega meu; eu estive presente na reunião do dia 25. Nessas reuniões, estiveram sempre presentes os outros operadores, o Sr. Ministro Mário Lino e o Sr. Secretário de Estado Paulo Campos. Como disse também há pouco e referi, os convites para essas reuniões é um convite do Ministério, e, normalmente, os convites do Ministério são sempre em nome do Sr. Ministro...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Esteve lá algum outro operador que depois não tivesse feito parte do grupo de operadores do e.escolinha?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Na primeira reunião, como lhe disse, não estive, sei que estavam vários operadores, mas não sei quem eram. Não sei exactamente... Eu tenderia a dizer que foram estes operadores, que acabaram por assinar o protocolo, mas, com franqueza, não tenho a certeza.

Portanto, houve essas reuniões e nessas reuniões foi debatida a ideia. Nessa reunião falou-se de ordem de grandeza de valores, não se falou exactamente em preços, dizer se é 200, 250 ou 300... Foi isso que eu disse há bocado, e, portanto, repito essa mesma informação. Na altura, falou-se de variadíssimas marcas, não se falou de uma marca exclusivamente. Lembro-me que, na altura, falaram-se praticamente de todas aquelas marcas conhecidas de computadores baratos, tudo isso, creio eu, que estava em cima da mesa, porque era uma fase ainda muito preliminar.

Esclareci também, que, de facto, quem nos contactou foi o Governo, foi iniciativa do Governo, sem qualquer dúvida, e, por outro lado, também, sem qualquer dúvida, a nossa vontade de participar.

Em relação ao tema da Fundação, não posso comentar nada sobre algo de que não faço parte. Não sei qual foi a razão da criação da Fundação. Agora, sei que tem a ver, de facto, com o tema, e isto na altura foi falado e ainda hoje é falado, que é o tema das contrapartidas e o facto de serem operadores móveis, e nós não somos um operador móvel como os outros. Nós temos um negócio móvel muito pequeno que é subcontratado a um dos outros operadores; portanto, não nos considere em pé de igualdade com os outros.

Quanto a um outro tema, e este é um tema em que cada um de nós, de certeza, tem a sua opinião... Quando olhamos para este projecto, como eu digo, com motivações sociais, acreditem que são mesmo motivações sociais, porque o montar uma operação destas, o suportar a entrega destes computadores, o processar, em termos de base de dados, contabilísticos, tudo isto, ninguém pense que isto não tem um custo muito elevado para as empresas. Tem um custo muito elevado, porque obriga a mobilizar dezenas, dezenas e dezenas de pessoas para estes projectos. Portanto, pode considerar que isto é importante, pode considerar que isto não é importante, não vou discutir de certeza, mas, muitas vezes, não é só ter uma ideia, é preciso conseguir pôr a ideia em prática, e, muitas vezes, as ideias só se põem em prática quando há empresas com capacidade para pôr estes processos em andamento.

Quanto ao nosso contributo, considero que se fossemos fazer as contas de todo o tempo que envolvemos nisto, de certeza que até foi mais o tempo dos colaboradores da ZON do que, se calhar, o tal milhão de euros que nós contribuímos mais os tais 200 € por cada serviço contratado.

Portanto, vemos isto assim. Eu tenho sempre uma preocupação é de grande clareza naquilo que digo. Quer dizer, não acho que isto seja a mesma coisa que... Uma coisa é uma pessoa ter um projecto em que se diz que um determinado grupo precisa de ajuda para fazer um determinado projecto e a empresa passar um cheque, entregar esse cheque e, digamos, a dívida, a assistência é isto; outra coisa são este tipo de projectos que são, de facto, muito mais complexos. No fundo, qual é a motivação de uma empresa apostar na protecção do meio ambiente, apostar em programas sociais? Ninguém pode ter dúvida de que as empresas têm de ter preocupações, de facto, de imagem.

Portanto, se queremos afirmar as empresas pela positiva, se queremos mostrar às pessoas que, de facto, não somos, apenas, uma empresa que produz um produto, cobre esse produto e acabou. Posso dizer que, para a motivação dos nossos colaboradores, participar em projectos deste tipo é motivador, é importante, porque, muitas vezes, sentimos que estamos a ser úteis aos outros. E isto pode ser mais apreciado, menos apreciado, as pessoas podem pensar que se está a ser falsamente altruísta, esses julgamentos ficam com cada um. Quer dizer, não há aqui... Eu sei qual é a minha motivação e posso falar por ela, a dos outros não posso. Mas admito que as pessoas possam ver isto de outra maneira e possam achar que nós até teríamos obrigação de fazer muito mais, e, se calhar, procuramos sempre fazer mais e o trabalho nunca está feito.

Perguntou-me, também, se estive presente nas entregas. Há bocado disse que estive presente nas entregas, referi até que, se não estou em erro, foi numa escola em Matosinhos, sei que foi no Porto, em 23 de Setembro, e que outros colegas meus participaram noutras entregas, mais uma vez, porque achamos que o projecto era importante e as pessoas, internamente, voluntariaram-se para também nele participar.

Creio que...

O Sr. **Presidente**: — Falta ainda responder à pergunta sobre as dívidas, se há ou não dívidas da Fundação...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Em todo este processo as contas são muito simples. Aliás, há pouco, o Sr. Deputado descreveu-as de uma forma muito rigorosa. Os valores que disse estão todos certos, excepto naquilo que tinha sido, de facto, o nosso contributo. E, neste momento, o pouco que, relativamente a nós, falta regularizar são valores muito pequeninos, tanto quanto eu saiba, somos capazes de estar a falar de coisas na ordem das centenas de milhares de euros para talvez cento e poucos milhares de euros.

Portanto, o que considero num processo, que, no fundo, acaba por envolver sete milhões e tal euros como disse, acho que são, digamos, os detalhes contabilísticos, porque há muitas situações... Nós somos muito cuidadosos na forma como delineamos os padrões que regem os nossos contratos, e daí a importância que referi do tal contrato de Abril. Foi este contrato que limpou todas as arestas, todas as dúvidas que poderiam prevalecer, porque o diabo está sempre nos detalhes destes processos todos e, depois, ficamos sempre com pequenas coisas por fechar. E nós, sendo uma empresa que parece grande mas que, se calhar, até é pequena, temos muito cuidado com os temas financeiros.

Nós definimos o montante do nosso contributo; definimos as regras; a Fundação cumpre com essas regras; os operadores logísticos cumprem com essas regras; nós não pagamos a ninguém nada que não tenhamos que pagar; não recebemos também nada que não tenhamos que receber. E, portanto, o processo está a funcionar perfeitamente normal, não sentimos que haja atrasos graves ou complexos, acho que as contas estão... Se quiserem, posso pedir para me darem o número, para, *a posteriori*, fornecer

exactamente o valor que está aberto à data de hoje. Mas, com franqueza, não tenho...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para precisar duas questões.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Na tal reunião de 25 de Julho, em que falaram de marcas, falaram, em concreto, da marca ou nome *Magalhães*?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não tenho a certeza, não consigo lembrar-me.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Já percebi.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Falámos do conceito, sem qualquer dúvida, dos potenciais fornecedores, falámos de todos. Estavam muitas pessoas na reunião, foi uma discussão muito animada, porque o tema pareceu-nos a todos muito interessante, mas, com franqueza, não sei se o nome *Magalhães*... Não tenho a certeza, é difícil...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Da JP Sá Couto pelo menos falaram?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Falámos da generalidade de todas as empresas de computadores que operam em Portugal. Falou-se em *HP*, em *Fujitsu*, em *Toshiba*, em *Tsunami*, uma marca que, creio, é da JP Sá Couto, falou-se da JP Sá Couto, dos operadores logísticos que, eventualmente,

poderiam ajudar. Não tenho dúvida alguma de que se percorreu todas as empresas possíveis.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Claro.

Também gostaria, por favor, que precisasse, o porquê de 1 milhão de euros? Foi iniciativa da ZON, foi-lhe sugerido?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não! Foi iniciativa nossa, porque achamos que... Quer dizer, poderia ter sido 1,1 milhão, 1,2 milhões, 1,5 milhões, 2 milhões. Nós, em relação a este tipo de projecto, em função daquela que é nossa disponibilidade para projectos de âmbito social, a verba que conseguimos alocar, até porque isto surge praticamente a meio do ano, e que discuti com a minha área interna financeira, foi a que decidimos propor. Não sei se era a verba que o Governo queria, se calhar gostaria que déssemos um contributo maior. Fiquei muito satisfeito por ver que houve quem tivesse dado um contributo mais pequeno,...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Houve maior.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sim, houve um outro maior, mas a outra empresa também é bastante maior do que a nossa.

Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Na reunião de 25 de Julho, não estiveram fornecedores?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Representante da ZON e por reiterar que, de facto, estamos aqui, numa Comissão de Inquérito, a tentar avaliar, em primeira instância, se os dinheiros decorrentes das licenças UMTS são ou não dinheiro público. V. Ex.^a já disse que não participou nessas licenças, mas trouxe-nos aqui uma informação. E confesso que vinha para esta reunião convencido de que não haveria novidades e tenho de reconhecer que esta reunião é extremamente rica, porque não só se prova que a Fundação foi, de facto, criada, apenas e só, para gerir dinheiros devidos ao Estado ou dinheiros públicos, decorrentes das licenças UMTS, como se prova que a Fundação, afinal, também serviu de veículo para que uma empresa como a ZON, e bem, aqui não tenho nada contra, pudesse encontrar uma oportunidade de mercado, ainda por cima, subsidiado. Ir à caça de clientes, participar num mercado emergente, com grande potencial, e, ainda por cima, de forma subsidiada, acho que, de facto, a ZON fez muito bem e cumpriu muito bem o seu papel em ir ao mercado e, ainda por cima, com apenas 1 milhão de euros, quando as outras operadoras, obviamente fruto de uma responsabilidade e de um compromisso anterior, participaram com mais.

De qualquer das maneiras, outra das nossas dúvidas é também saber como é que foi o processo da escolha daquele que foi o único fornecedor neste processo. Percebemos por que é que, ao contrário do que eu pensaria, que a ZON teria muito mais vantagem em ir ao e.escola, porque, este sim, tratava praticamente do *core business* da ZON, preferiram ir ao e-escolinha, embora eu também perceba que o e.escolinha, pela explicação que já deu, tenha acabado por ser uma oportunidade a não perder. Mas, aqui, as datas são relevantes, e já vai perceber por que é que as datas são relevantes e as afirmações que fez são, para esta Comissão de Inquérito, também muito relevantes.

Disse que, no dia 25 de Julho, falaram em várias marcas, falaram, inclusive, praticamente naquelas marcas todas envolvidas no e-escola, o *Tsunami*, o *Toshiba*, só não disse quem é que, nessa reunião, fez a apresentação destas marcas todas.

Portanto, pergunto: quem, no dia 25, já que não estavam operadoras envolvidas, fez esta informação sobre as várias marcas e as várias possibilidades?

O problema é que, cinco dias depois, dia 30 de Julho, V. Ex.^a confirmou aqui — e é o primeiro que o diz de forma clara, porque todos os outros, os três Ministérios e as operadoras, parece que foram no dia 30 de Julho ao Pavilhão Atlântico para ver outra coisa qualquer que não o *Magalhães* — aquilo que todos vimos nas imagens: estava lá, num pedestal, um computador *Magalhães*. Cinco dias depois, já não havia *Toshiba*, já não havia *Tsunami*, já não havia mais nada, havia só o computador *Magalhães*.

Pergunto: nesse dia, foi feita alguma apresentação com esse computador *Magalhães*? Ou seja, se viu funcionar aquele computador ou outro, se viu o que ele tinha dentro.

Por que é que as datas são relevantes? Se é verdade que esse computador funcionou, ficamos todos muito curiosos em saber com que características, porque as características para esse computador funcionar só foram definidas quase um ano depois. Portanto, há aqui um acto de adivinhação... Essas características foram definidas no dia 15 de Setembro, embora os contratos tenham sido assinados muito posteriormente. Mas dou de barato que tenha sido a 15 de Setembro.

Já agora, pergunto se também tiveram conhecimento destas características a 15 de Setembro, como tiveram as outras operadoras. As outras operadoras tiveram, no dia 15, um *e-mail* com as especificações, ou seja, uns dias depois de terem visto o computador a funcionar; poucos dias

antes de ninguém ter falado, pelos vistos, no *Magalhães*. Portanto, pergunto se, de facto, também recebeu a 15 de Setembro e, ao receber a 15 de Setembro, o que é que fez.

De facto, foi vasta a documentação que nos enviou, peço desculpa, mas não consegui lê-la toda de ontem para hoje, mas apercebi-me de que os vossos contratos de aquisição foram com a Inforlândia e a Youtsu, só encontrei contratos com estas duas operadoras.

Portanto, quero perguntar-lhe, o que já fizemos com as outras operadoras, se contactaram imediatamente o mercado (já disse que «na sua central de compras o faria»), qual foi a resposta do mercado e se aparecerem várias? Isto é importante, porque a Vodafone diz que só encontraram um operador com capacidade de produzir este computador *Magalhães* e que as outras operadoras responderam que precisavam de meses para o produzir. Gostava de saber se esta mesma resposta foi dada à ZON. Porquê? Porque acabaram por comprar — eu não vi os valores totais, também não vai responder-me agora, porque eles estão nos documentos... Qual é o volume de negócios feitos com a...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa questão já foi respondida!

O Sr. Dr. **Rodrigo Costa**: — Respondi a isso tudo no início!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP). — Então, peço desculpa, certamente não estava...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, interfeiri apenas para que pudesse poupar o tempo para as outras questões. Essa questão já foi respondida, embora não tenham sido dados pormenores, foi dito que foi, certamente, feita a consulta a mais do que uma empresa, mas, por aquele preço, era...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E, quanto à data do acesso às características do computador, também já foi respondido?

O Sr. **Presidente**: — Favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O acordo feito com Fundação para as Comunicações Móveis prevê auditorias feitas à ZON. Gostava de saber se foram feitas algumas auditorias à ZON e quando foram feitas.

Já agora, gostava de perguntar, é uma opinião, pelo que, se quiser, responde ou não, mas agradecia que, se pudesse, respondesse, qual é a relação entre a Fundação e a ZON. Por que é que perguntamos isto? Porque 1 milhão de euros ainda é uma verba razoável, as outras operadoras também têm verbas razoáveis, mas o certo é que estamos perante uma Fundação que não tem plano, nem contas, nem programa aprovados, pelo menos até à data. A própria Fundação reconhece que não há sequer.

Gostava de saber como é que a ZON, naquele critério de rigor que conhecemos, à boleia da sua expressão «o diabo está nos detalhes», classifica essa actuação da Fundação, uma vez que tem um acordo de encontro de contas, sem que tenha especificado aqui, nem nos interessa para já, obviamente, o volume de dívidas, embora, mais tarde, possamos vir a ter interesse nessa matéria, mas havendo a possibilidade de auditorias, é bom que se saiba como é que consideram o funcionamento da Fundação.

Qual foi a data da primeira entrega, se é que consegue precisar isto? Diz que esteve presente a 23 de Setembro, mas presumo que essa foi uma cerimónia não da responsabilidade da ZON, apenas uma participação da ZON por mera simpatia, o que nos leva outra vez à questão das datas. Se reparar, a 30 de Julho, é feita a apresentação do computador *Magalhães*, em que foi assinado um memorando com a Intel, que dava à Intel a

capacidade de escolher uma empresa portuguesa para produzir este mesmo computador, e, como aqui confirmou, no dia 23 de Setembro, ou seja, poucos dias depois, estavam a ser distribuídos 3000 computadores.

Perceba por que é que esta Comissão de Inquérito faz sentido. É que, em 15 dias, sem escolher um fabricante, com a própria ZON e outros operadores a fazerem consultas ao mercado, a encontrar um conjunto vasto de fornecedores, há, pelo menos, uma entrega considerável de computadores. Pergunto: da parte da ZON, quando é que foi feita a primeira encomenda, a quem e quando é que foi feita a vossa primeira entrega?

Para já, termino.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sem querer ser indelicado, a minha primeira intervenção foi essencialmente à volta das questões que acabou de me colocar, pelo que acho que grande parte já foram respondidas.

De qualquer maneira, sobre um tema e algumas das expressões que utilizou, gostava de pôr aqui a minha posição em relação àquilo que eu disse. Quanto ao «caçar clientes», com franqueza, não gostei nada da forma como fala de nós, porque...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso reformular para «quota de mercado».

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Desculpe, quando estamos aqui a falar de um projecto em que a ZON faz a entrega de 34 000 computadores, ou mais, e em que, destes 34 000 computadores, conquista, se assim quiser, 300 clientes, mais uma vez, acho que fica aqui bem claro que a nossa motivação

não é — e nós sabíamos que estávamos a endereçar segmentos de mercado que não se iriam tornar nossos clientes, já sabíamos disto, porque fazemos muita análise de mercado e sabemos perfeitamente quais são as zonas onde podemos vender mais serviços...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sabia que iria ser reduzidíssimo...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Exactamente!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não fiquei com essa ideia da sua afirmação anterior.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Ficou claríssimo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Classificou como um negócio não tão lucrativo assim!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Desculpe, é exactamente isso...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi só para precisar.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Foi aquilo que eu disse quando comecei aqui hoje a falar.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É uma questão de rigor. Fiquei com a ideia de que havia algum descontentamento com o resultado final.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Nenhum descontentamento!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Daí eu ter perguntado por 1 milhão para 300...!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Desculpe, mas deixei muito claro que não houve qualquer descontentamento, nem há qualquer descontentamento da ZON em relação à participação neste projecto. Nós, quando partimos para este projecto, tínhamos a convicção de que este projecto iria ter resultados deste tipo, e, portanto, não ficamos... E, mais uma vez, a nossa motivação para este projecto não foi um objectivo comercial normal mas, sim, participar inuma iniciativa, que, acho, é socialmente importante. Podem acreditar, podem não acreditar, mas aqui, neste caso, o que interessa são as nossas motivações.

Quanto a não ter participado no e.escola, o e.escola foi um programa para operadores móveis e, com franqueza, ao tempo do e.escola, eu não estava nesta empresa. Portanto, não sei se, na altura, a gestão poderia ter participado ou não, não faço ideia, o facto é que a minha empresa não participou no e.escola. Portanto, eu só conheço a realidade desde o momento em que estou lá a trabalhar, e o único projecto em que nós, de facto, estivemos envolvidos, foi no e.escolinha, que, no fundo, não tenho dúvida alguma, é resultado do projecto anterior.

Em relação à reunião de 25 de Julho, quanto a saber quem falou das marcas, devo dizer que esta reunião se passou há quase dois anos. A única coisa que posso dizer é que, quando participamos em reuniões, em que discutimos determinado tipo de projectos, se *A* fala em determinada marca, o *B* vai falar de outra, o *C* fala de outra, etc. Portanto, aqui, não tenho recordatório em detalhe desta reunião, mas esta é uma reunião no meio de centenas que temos, em que falamos de projectos, que, às vezes, se concretizam e, outras vezes, não. Portanto, acho que, quando se está a falar

de um tema que tem a ver com computadores, que tem a ver com este tipo de projecto, é perfeitamente normal que várias pessoas façam várias sugestões. Não tenho dúvida alguma que tenha sugerido também marcas de computadores nessa própria reunião, primeiro, porque nas reuniões costumo falar bastante e, segundo, porque é um tema, com franqueza, que todos queremos ver acontecer da melhor maneira possível.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Peço desculpa, de qualquer forma, é evidente que percebo isso tudo. Perceba é a nossa preocupação em precisar as datas e encontrar um caminho. Esta é uma audição no meio de muitas que, depois, constituem o *puzzle*.

O dia 25 é muito próxima do dia 30, data que nós, aqui, apelidámos de «Dia de São Magalhães», o que significa que, nessa data, se falou de computadores para um mercado específico, que tinham de ter características específicas, ou seja, tinham de ser computadores para crianças, com programas para a educação. Portanto, nesta reunião do dia 25 não se falou de outra coisa senão disso. O que estranhámos, ou, melhor, o que eu estranho, não querendo colar os meus colegas a isto, é que, de facto, não se tenha falado nesta reunião do dia 25 no *Magalhães* e ele exista depois. Não peço que me explique porquê.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Claro.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Daí ser importante para nós saber quem é que, nessa reunião, terá fornecido todo esse conjunto de marcas.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Nesse tema, com toda a franqueza, não sei se posso ajudar muito, na medida em que não tenho, digamos, o nosso

contacto de todo este processo, é um contacto que, não tenho dúvida, surge. Há muito trabalho anterior feito, há pessoas que se devem ter dedicado muito seriamente a essa investigação para chegarem à conclusão sobre o tipo de equipamento é que se deve estar a falar ou não.

Talvez aqui seja importante...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A informação de ontem foi que começou em Novembro ou Dezembro do ano anterior!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Confesso que não sei o que é que as outras pessoas, que aqui vieram, disseram. Poderia ter lido, assistido, mas não li, nem assisti.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Poderia ter tido curiosidade!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Com franqueza, não tive curiosidade e, a partir de determinada altura, decidi que não queria ouvir, porque este processo, para nós, é muito, muito, simples.

Talvez um dado que possa ser útil, eventualmente, é o seguinte: este tipo de computador é um tipo de projecto que existe há muitos anos. Começou com um senhor chamado Negroponte, nos Estados Unidos, há cerca de quatro anos — eu estive envolvido com esse projecto há quatro anos — e, de há quatro anos para cá, têm-se multiplicado as iniciativas em todo o mundo, da Intel, do Negroponte, incluindo vários fabricantes, muito grandes, como a Bell, a Toshiba, a HP e muitos outros. Portanto, há muitos, muitos, anos que se sabe o que é que um computador precisa ter dentro para ser um computador possível de utilizar com fins pedagógicos. Como sabemos, um computador tem de ter *Internet*, tem de ter um sistema mínimo de segurança, tem de ter um determinado tipo de disco, tem de ter

um ecrã com uma determinada dimensão, tem de ter um determinado consumo de energia. Portanto, tudo isto está aqui.

Para os trabalhos que os Srs. Deputados têm de fazer na apreciação de todo este projecto, acho que não era mau, se calhar, ir à *Internet*, o que é fácil, à iniciativa que se chama OLTP, é o nome que foi dado ao primeiro projecto deste tipo, para verem que é algo muito vulgar para quem está nesta indústria.

As pessoas que delinearão e estudaram este projecto, não tenho dúvida alguma, inspiraram-se nesse tipo de equipamento, nessa definição técnica. Daí, quando surge a pergunta «onde é que se compra? Como é que se compra?» — e também referi isto no início —, quer dizer, aqui não sobre muito espaço, nem há muitos candidatos. Com toda a franqueza, ou era por si um negócio fabuloso, e, então, haveria muitas empresas de computadores e de logística a tentarem ganhar este negócio, ou, então,... Só para termos uma ideia, isto são negócios em que as margens geradas são ínfimas, o risco de a pessoa ir à falência, se tomar os passos errados num negócio destes, é muitíssimo grande.

Só uma ou duas empresas é que, se calhar, teriam mesmo hipótese de poder fabricar este computador, nestas condições. Com toda a franqueza — e aqui é uma perspectiva industrial, não é uma perspectiva política, nem de Governo —, é, pura e simplesmente, a afirmação de alguém que passou grande parte da sua vida a trabalhar nestes temas.

Portanto, quando queremos fazer um projecto deste tipo, é necessário encontrar as parcerias certas, e não tenho dúvida de que a Intel é uma grande empresa nesta área que poderia dar um contributo. Também não tenho dúvida alguma de que a Microsoft seria importante para dar um contributo, assim como também não tenho dúvida — e lembro-me perfeitamente dessas discussões — de que se falou se as coisas deveriam ser *dual boot* ou *single boot*, como é que deveriam ou não funcionar. Acho,

portanto, que o tema, nitidamente, apanhou *dossiers* maduros de outros projectos internacionais, porque em África, no Brasil, na Rússia, na China, há uma grande procura de um computador muito barato para fazer este tipo de projecto.

Falamos muito, e há pouco expliquei que, em relação aos detalhes da operação, em relação a tudo, não temos qualquer dificuldade em partilhar informação, tanto que, aliás, já o fizemos, porque é documentação quase contabilística. Não temos problema absolutamente nenhum em dar informação, inclusive avisámos as empresas de logística com quem trabalhamos, dei-lhes conhecimento de que vos íamos entregar toda essa documentação, para não haver qualquer conflito em relação a quebra de confidencialidade nos contratos com eles. Portanto, disponibilizámos já tudo.

Vocês têm as datas, e peço desculpa por não ter presente, nem trouxe notas com isso, a data da primeira encomenda ou da segunda encomenda. Vocês têm isso, está cá. Peço desculpa por só termos conseguido fazer chegar isso na segunda-feira, mas, de facto, era muito papel e obrigou a um trabalho enorme de compilação de documentação. Mas está cá tudo; portanto, não precisam de ter qualquer dúvida sobre isso.

Para fechar, sobre se já alguma vez foi feita alguma auditoria ou não, vocês têm a documentação e, se amanhã, alguém quiser fazer uma auditoria, a documentação está toda ao dispor. Portanto, não têm qualquer dificuldade em se poder analisar, porque mais do que a que vos demos não há.

A única coisa que posso dizer é: gerimos este processo com muito cuidado. E com muito cuidado porquê? Porque, quando estamos a trabalhar e, nomeadamente, com estudantes temos de saber que cada pessoa, cada interveniente num projecto deste tipo, está ansiosa por receber o computador. As pessoas querem que o computador funcione, querem que

chegue com essa informação correcta, querem ter um número de telefone para o qual possam telefonar para esclarecer.

Portanto, termino, dizendo que, para nós, isto, de facto, é um projecto de grande responsabilidade. Há o tema social, que achamos que é importante, e, para a ZON participar neste projecto, foi uma decisão que, mesmo internamente, teve alguma discussão, porque não é 1 milhão de euros, não é o número de clientes que vamos angariar, porque não vamos angariar muitos clientes, e não o fizemos, é mais o tema de «como é que se operacionaliza e como é que não vamos frustrar as pessoas que nos escolheram para fazer essa entrega de computadores». E vou ser sincero, eu até pensei que menos pessoas escolhessem a ZON para entregar os computadores.

Neste aspecto, até pensei que nós, relativamente aos outros operadores móveis (estes sim, têm, eventualmente, um interesse até maior neste programa, como já tinham tido no e.escolinha), não fossemos entregar tantos computadores. De certa maneira, até fiquei satisfeito por ver que tivemos a confiança de tanta gente para fazer essa entrega. E a nossa recompensa é esse reconhecimento, não é mais nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que só ficou por responder a questão que tem a ver com o facto de saber se, no dia 30 de Julho, para além da apresentação estática do *Magalhães*, teve oportunidade de ver em funcionamento o computador *Magalhães*. Foi feita esta pergunta.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu não vi...

O Sr. **Presidente**: — Foi só a apresentação estática.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Confesso que, ontem, por acaso, estava a ver a história da data... Alguém perguntou «mas quando é que receberam as características?» (internamente, perguntaram-me), e eu disse: «eu não sei quando é que foi a data das características...» Mas, uma coisa é certa, eu tenho uma fotografia do evento nos meus arquivos e está lá, está em cima...

O Sr. **Presidente**: — Em cima de um pedestal.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — ... de um pedestal, está lá o *Magalhães*. Portanto, se está lá o *Magalhães*, é porque o *Magalhães* estava lá.

O Sr. **Presidente**: — A questão era saber...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — E, mais uma vez, acho que é muito importante pensarem que o *Magalhães*, independentemente de ser aquela marca, é um conceito de arquitectura de computador. Isto é indiscutível.

O Sr. **Presidente**: — Isso já está claro.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Vejam a história deste tipo de projectos em todo o mundo e, aquele, não falha, quase por 1 mm, as especificações técnicas de, segundo me disse há pouco, 15 de Setembro, ou à volta disto. Essas especificações...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sabemos nós, há documentos disso!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Claro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há uma *task force*, que ainda não conseguimos identificar quem, que estudou e especificou que características é que deveria ter.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Isso, aí...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, não peço que me responda até porque já me remeteu para as documentações, o que quer dizer que vou ter de as ler. Perceba que, nem todas as outras operadoras mandaram documentação, ainda assim, esta é uma Comissão de Inquérito, não é propriamente uma comissão normal do Parlamento, que, de vez em quando, cumpre o seu papel. Nós chamamos as pessoas para nos responderem ao abrigo de um «chapéu» legal.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas eu espero estar a fazer um bom trabalho, acho que não estou a esquivar-me a nenhuma...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Está, por isso é que eu disse que esclareceu muito bem, primeiro, porque nos disse, aquilo que já sabíamos, mas é sempre bom ouvir toda a história desde Negroponte até hoje, e até percebi que está um profundo conhecedor deste tipo de modelos deste mercado. Por isso, é que eu perguntei: como é que toda a gente, profundos conhecedores deste tipo de mercado, do caminho, do processo e até das características mínimas genéricas que cada computador deve ter, participando numa reunião no dia 25 e no dia 30 dizerem «eu vi lá o computador *Magalhães*», quando não deveria lá estar o computador *Magalhães*, porque esse computador, tal qual lá estava pensado, é uma ideia do Governo português. O computador *Magalhães*, marca registada

pela JP Sá Couto, é uma ideia do Ministério da Educação, do Ministério das Obras Públicas e de outros Ministérios e, portanto, já lá estava. Esta é a nossa dúvida.

Depois é tentar saber quem forneceu o volume previsto de computadores, que era de 5 milhões, não sei se é assim tão irrelevante ou com margens tão reduzidas e, ainda por cima, porque, para exportar, os acordos — e ontem tivemos acesso ao da Intel — supõem quase o mundo inteiro. E, portanto, havia aqui também um outro potencial, que nos pareceu que era, de facto, um projecto tão importante, tão relevante, que merecia, da parte dos entendidos e das operadoras, uma atenção especial. Registei das suas palavras que teve essa atenção especial; registamos que, de facto, nos confirma que, em muitas datas, há coisas que aconteceram que não ou podiam ter acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas, antes, eu gostaria de fazer aqui uma nota relativamente...

O Sr. **Presidente**: — É que, agora, é a vez do Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Como disse que não viu as audições anteriores e para não ficar aqui a impressão de que a Comissão acha que o computador *Magalhães* poderia ser (até porque referiu aqui que um pequeno engano seria o suficiente para levar uma empresa à falência, e referiu a sua experiência nesta matéria), eventualmente, um processo fácil de ser produzido por alguém, só queremos saber como é que foi a história, de facto, deste processo, porque quem veio para aqui dizer que o

computador poderia ser produzido por milhares de empresas, foi o Governo, não fomos nós. Nós também achamos o contrário, achamos que, de facto, tudo isto foi conduzido para que fosse produzido por aquela empresa, e não tem mal algum nisto, é um bom processo. O que está em causa é a forma como se chegou lá, ou seja, a existência ou não de concurso, a existência ou não de toda esse processo.

Não queremos que fique com uma ideia errada, relativamente ao âmbito desta Comissão.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não, eu não tenho...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é bom sublinhar que a Comissão de Inquérito não é à ZON, nem à Vodafone, nem à TMN, é ao Governo e ao processo que foi utilizado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, mas o Governo diz que quem escolheu foram as operadoras, e, por isso, nós temos de perguntar se foram ou não as operadoras.

O Sr. **Presidente**: — É bom não esquecer esse objectivo da Comissão de Inquérito!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Penso que é importante dizer que nós, em relação a todo este processo, aparecemos... Não quero com isto dizer que não temos importância nenhuma em todo este processo, mas, por não sermos um operador móvel, eventualmente, há temas que poderão não ter sido abordados connosco...

O Sr. **Presidente**: — Claro, claro!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Nós aparecemos, e mais uma vez o digo, foi-nos dada a oportunidade de tomar conhecimento do projecto e nós quisemos participar no projecto. Acho que devo dizer isto aqui.

Já agora, em relação à possibilidade de qualquer fabricante poder fabricar este computador, não está incorrecto dizer que «qualquer fabricante poderia fabricar este computador», agora, o problema é conseguir fabricá-lo em condições económicas aceitáveis. Este é que é o tema.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E no tempo...!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Quanto ao prazo, só para terem uma ideia, as fábricas que fabricam, no fundo, os componentes do *Magalhães* ou os componentes de qualquer outra marca são três ou quatro, que existem na China. Fabricam para todo o mundo e põem a marca, digamos, do destinatário. Portanto, a capacidade fabril é brutal. Não é uma grande admiração conseguir-se sair rapidamente de um protótipo ou de uma especificação ou de um projecto qualquer.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas entre 30 de Julho e 23 de Setembro, quando é a primeira entrega de computadores, para quem estivesse a zero no dia 30 de Julho, não tinha tempo para negociar, ir às fábricas, estabelecer contratos...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Garante-lhe que tinha!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Entre 30 de Julho e 23 de Setembro?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não tenha dúvida alguma quanto a isso!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Se estivesse completamente a zero...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Absolutamente!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... e tivesse que fazer os primeiros contactos?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Desculpe, há temas que não conheço, este tema eu conheço. Levei a minha vida toda a trabalhar nestas áreas, a minha profissão, antes de estar em telecomunicações, foi *software* e fabricantes de *hardware*. E garanto-lhe que se você sair hoje daqui, mete-se num avião, vai à China, com uma folha em branco, que escreve durante a viagem, e chega a três ou quatro fabricantes na China e diz-lhes o que quer e eles produzem tudo o que quiser em menos de três semanas. Não têm problema nenhum! Tudo isto que vocês vêem aqui são componentes perfeitamente fechados, «standardizados», são peças de *Lego*.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No dia 15 de Setembro, data das características, a 23...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está muito interessante a discussão, mas não podemos fazer...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É importantíssimo que o Sr. Rodrigo Costa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, eu não estou a interromper, acho até muito interessante este tipo de informação, que, adicionalmente, socorrendo-se da experiência profissional do Sr. Rodrigo Costa, estamos a ter oportunidade de ter aqui. A questão não é esta, a questão é que, depois, na acta ninguém entende quem é que está a falar, e, portanto, VV. Ex.^{as} vão fazer o favor de... Não é um trabalho que eu adore, o de dar a palavra e tirar a palavra, mas, depois, na transcrição da acta, não fica identificado quem está a falar.

Portanto, não perdendo o fio à meada, julgo que ainda não tinha terminado.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tinha, tinha!

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, é só para concretizar, porque não é bem correcta a forma como o Deputado Jorge Costa colocou as questões. Oficialmente, as características foram definidas no dia 15 de Setembro, cinco dias úteis antes da distribuição de computadores nas escolas.

Por isso, para todos os efeitos, as datas que nos foram dadas são estas. Se alguém, no período anterior a 15 de Setembro, tivesse acesso às características e conseguisse produzir um computador preparado para cumprir as características e estar disponível num conjunto de mais de 3000 unidades no dia 23, muito bem, mas a verdade é que — e a ZON não nos

forneceu, nesta audição, as datas concretas —, tomando por fidedigna a informação que as outras operadoras nos deram, a data da entrega das características por parte do Ministério das Obras Públicas e do Ministério da Educação às operadoras é o dia 15 de Setembro. E por muito eficiente e muito fácil que seja a produção de computadores, em cinco dias úteis não há eficiência que valha, a não ser em Portugal, porque a JP Sá Couto conseguiu fazer, nem precisamos de ir à China.

O Sr. **Presidente**: — Essa é uma questão de que o Sr. Rodrigo Costa não tem conhecimento, uma vez que disse aqui que não tinha visto audições anteriores, mas a Comissão tem, através de, pelo menos, um operador, no caso, o responsável máximo da Vodafone, o documento em que era transmitido a esse operador, Vodafone, no dia 15 de Setembro, as características do computador, que é o *Magalhães*.

Isto que estou a dizer é factual.

O Sr. Deputado Hélder Amaral tinha pedido a palavra, seguindo-se, depois, o Sr. Deputado Luís Gonelha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, para precisar um dado, que, a meu ver, vale a pena registar e é uma questão que ainda não abordámos. Aliás, apenas, foi abordada *en passant*, numa reunião, que é a questão de saber, porque no dia 30 foi apresentada ao mundo e ao planeta o primeiro computador português... Com a explicação que acabou de dar (cinco dias dão para ir à China e voltar), significa que esse computador, a ser feito em cinco dias, é tudo menos português. Portanto, hoje, caiu outro mito. A ser possível e a ser verdade a explicação que nos deu, registaremos na acta que, afinal, esse computador português tem apenas a montagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A nacionalidade dos computadores é como a nacionalidade dos automóveis: podemos dizer...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse,...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Está bem,...

O Sr. **Hélder Amaral** CDS-PP): — ... não fui que disse. Concordo em absoluto consigo!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Aqui, a questão que há é a seguinte: normalmente, atribui-se a nacionalidade do computador ao país onde ele é montado. Portanto, a Dell e a HP, não temos dúvidas, são empresas americanas; no entanto, os seus computadores são feitos exactamente da mesma maneira como são feitos os da JP Sá Couto, são componentes que vêm praticamente todos em *kits* e que, depois, são desassemblados e assemblados de novo nas linhas de montagem locais.

Portanto, aqui, com toda a franqueza, acho que, quando dizemos «o computador é nacional», queremos dizer que há uma componente relativamente importante de mão-de-obra nacional de montagem, alguns componentes também, como caixas e parte metálica, mas as *motherboards* são feitas... Mas isto é assim em todo o mundo! Se formos ver onde é que os computadores, hoje em dia, são feitos, verificamos que 95% dos computadores de todo o mundo, a parte central dos computadores, os

discos, são feitos na China. Os proprietários são de *Taiwan*, mas a mão-de-obra está na China.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Bruno Dias, com razão, já chamou a atenção da mesa e eu, penitenciando-me, dou-lhe a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Não tem nada que se penitenciar, já deu a palavra e era o que importava.

Começo por cumprimentar o Sr. Rodrigo Costa e por agradecer os esclarecimentos e informações que tem estado a prestar aqui, na Comissão de Inquérito.

Retomo o centro da abordagem, relativamente à experiência neste processo e neste Programa e escola, e peço desculpa por insistir num aspecto, que também já aqui foi colocado por vários Srs. Deputados e que me parece ser o assunto que chama mais a atenção dos Deputados nesta reunião, que é o da reunião de 25 de Julho de 2008, alguns dias antes da apresentação do *Magalhães* no Pavilhão Atlântico, porque eu gostava de perceber melhor algumas questões e, para isso, preciso de quantificar algumas dúvidas quanto a essa reunião.

Já percebi que foi promovida pelo Ministério das Obras Públicas e que foi feito o convite para as várias operadoras, mas fiquei na dúvida se foi uma reunião entre o Ministério e as operadoras ou se foi com outras entidades para além destas. Penso que foi só com as operadoras, mas agradeço a confirmação.

Há um aspecto que tem interesse para o trabalho da Comissão de Inquérito e que é sobre a forma como o processo se desenvolve, que é, digamos, a circunstância em que os participantes dessa reunião se dirigem para ela, tendo em conta, ou não tendo em conta, que, em paralelo, estava a

decorrer a preparação para a apresentação pública do *Magalhães*. Ou seja, é diferente para nós, como calculará, saber que as operadoras foram para essa reunião, em que se foi discutir de uma forma aberta, a partir da estaca zero, digamos assim, um conjunto de possibilidades para o Programa e.escolinha, sem haver, de facto, outras referências de concretização, já eventualmente muito provável, e saber que alguém, da parte as operadoras, porque do Ministério não há dúvida alguma, foi para a reunião sabendo que existia um projecto Magalhães e que aconteceria, daí a poucos dias, a apresentação pública desse projecto Magalhães.

Ou seja, há aqui um aspecto que tem interesse para nós — e compreendemos, penso que ficou muito claro, a referência que o senhor fez, há pouco, sobre a forma como, naturalmente, vão surgindo das intervenções dos vários participantes, as opções que conhecem, as marcas que conhecem, os produtos que existem no mercado, e há uma pessoa que fala numa marca e, logo seguir, haverá outra pessoa que fala noutra marca, é natural que seja uma situação recorrente neste tipo de coisas —, que é perceber se, por exemplo, nessa altura, e, se bem entendi, o Ministério estava presente nessa reunião, para além de a ter promovido... Já agora, tinha interesse em saber, se se recorda, quem é que estava em nome do Ministério nessa reunião. Penso que é importante, não sei se já deu essa informação, mas não a ouvi, pois tive de sair durante uns minutos.

Como eu dizia, era importante saber se nessa reunião, quando aparecem, naturalmente, as várias referências a possíveis marcas e a possíveis produtos, de que se falou, existiu, nesse momento, algum ponto de ordem por parte de alguém do Ministério no sentido de dizer «olhem que, entretanto, há um projecto que está adiantado e que vai ser apresentado numa iniciativa, para a qual estamos a fazer os convites, esta semana». Não sei se me faço entender em relação a isto.

A terceira questão tem a ver com a participação da sua empresa num programa, não precisando de participar na Fundação, isto é, a presença e a inclusão das empresas operadoras de telecomunicações na Fundação para as Comunicações Móveis, que são fundadoras dessa entidade, que, como já aqui foi dito, estava orientada, essencialmente, para o Programa e.escola.

Fico com a ideia, e o senhor poderá dar também a sua visão sobre esta matéria, e pareceu-me ouvir, da sua parte, esta ideia, de que, desde que as coisas fiquem claras em termos contratuais, daí a importância de uma malha fina na verificação e na elaboração do acordo de 16 de Abril, que assinaram, desde que haja uma entidade com quem se trate dos processos com clareza, desde que haja a clarificação total em termos contratuais e que haja uma relação de trabalho normal, em termos de pagamentos e recebimentos, não é preciso fazer parte de uma Fundação, e quem diz Fundação diz outra entidade em que pode participar. É esta a leitura que faço, e eu gostava de ouvir a sua leitura sobre isto.

Se fosse uma outra entidade pública idónea, uma outra entidade em que houvesse um interlocutor, com clareza, por parte do Estado, neste caso, junto de quem participa no Programa e.escola, eventualmente, tal como a dada altura foi colocado nesta Comissão pelo Professor Freitas do Amaral (não ouviu, mas fica a saber), a Fundação, no limite, não seria uma alternativa única, em termos funcionais, para levar a cabo programas deste tipo.

A última questão tem a ver com a previsibilidade dos baixos resultados em termos de adesão, como referiu há pouco, dizendo: «sabíamos, desde o princípio, que os resultados não seriam muito favoráveis, em termos de adesão». Pergunto se a ideia que tinham desde o início era em relação às adesões à ZON ou em relação às adesões à banda larga móvel em geral.

O terceiro item, nesta questão, é no sentido de saber a partir de quando é que os senhores souberam que a ligação banda larga móvel não seria obrigatória no e.escolinha, porque é, naturalmente, decisivo, penso eu, que uma ligação ser, ou não, obrigatória faça toda a diferença em termos de mercado de ligação de banda larga móvel, a partir do momento em que a ZON tem um operador móvel virtual, como disse há pouco, e esta questão obviamente se coloca. É porque, até agora — e daí, na altura, parece que foi esta também a razão de alguma surpresa de alguns Deputados, nos quais me incluo —, é a primeira vez, que eu saiba, que alguém vem a esta Comissão de Inquérito dizer que, desde o princípio, já se estava à espera que a adesão fosse muito baixa, em termos de ligação. Houve, até agora, sempre alguma surpresa, transmitida por quem aqui veio depor, seja da parte das operadoras de telecomunicações móveis seja da parte da própria Fundação, perante a expectativa que existia, acima dos que vieram a acontecer.

Quanto às alternativas que existiam, não em termos de fabricação e de montagem dentro do prazo de pouquíssimos dias, dentro daquele preço muito restritivo, dentro daquelas especificações muito claras, que foram definidas em Setembro, mas a montante do *Intel Classmate*, porque a Intel teve uma actuação extraordinariamente agressiva, em termos de mercado, a nível mundial, particularmente deste que se afastou do projecto OLPC (e é em resposta, em termos de mercado global, ao OLPC que aparece o *Classmate* com uma agressividade muito grande, é esta a leitura que fazemos), como o Sr. Rodrigo Costa diz que teve uma experiência de acompanhamento e de intervenção muito viva e muito activa em relação a esta área, se quiser, e acho que pode ter interesse, pode falar-nos um pouco desta experiência do *One Laptop per Child* (OLPC) dos países onde foi desenvolvido. Não está directamente a ver com os *itens* da Comissão de Inquérito, mas já que falou nisto e se entender abordar esta matéria, penso

que tem interesse para a Comissão conhecer também um pouco, quanto mais não seja, das alternativas possíveis, em termos globais, àquilo que aparece, hoje em dia, como supostamente uma alternativa única, coisa que não é, ou a falta de alternativas em relação a esta matéria.

A criação de alternativa, existência ou não, coloca-se no nosso País e neste processo, em particular, em função das condições contratuais, das exigências de especificações, dos prazos colocados, dos preços máximos previstos e, deste ponto de vista, é assim que alguns de nós, não a maioria mas quase toda a gente, têm chegado à conclusão que este é um processo que, em Portugal, no e.escolinha, nomeadamente, apontava para uma solução de sentido único. Mas esta realidade é uma realidade que, em termos globais, não seria necessariamente assim. Por isso, o convite ou desafio que lhe fiz relativamente a essa experiência e a esse conhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Vou tentar responder a tudo.

Começou por falar na reunião que tivemos... Com franqueza, estavam muitas pessoas do Ministério, creio que estavam os operadores todos, mas não tenho a certeza... Foi uma daquelas reuniões em que íamos tratar de um assunto de forma aberta, sem uma agenda específica, embora soubéssemos que iríamos falar do projecto e.escolinha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era essa a ordem de trabalhos, digamos assim, o Programa e.escolinha.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — A ordem de trabalho era falar sobre o lançamento de um programa, e creio que na altura já teria nome, até seria

e.escolinha, mas de uma forma, digamos, muito aberta, no sentido de nos estar a ser explicada uma ideia, de nós darmos algum *input*, de participar ou não participar... Confesso que nós, mais uma vez, acho que é importante aqui, sempre como uma entidade um bocado à parte do sistema por causa... Lembro-me que, quando isto é feito, praticamente, tínhamos lançado o nosso operador móvel, nem dados móveis tínhamos, atenção! Isto só para precisar por causa da questão que também colocou.

Há uma coisa de que tenho a certeza absoluta: quando fizemos esta reunião, não havia uma certeza que tinha de ser o computador *A*, *B* ou *C*. Disto não tenho dúvida nenhuma. Na altura, só falámos de marcas alternativas, porque havia espaço para falar de marcas alternativas. Se já houvesse uma predefinição firme qualquer, não se iria estar a falar. Mais uma vez, estávamos sempre a falar do tal conceito, e vejo que o conhece, do OLTP, mais coisa, menos coisa...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe interromper, é OLTP ou OLPC? Pensava que era o *One Laptop per Child*!

Sr. **Rodrigo Costa**: — É OLPC, tem razão.

Depois falou na Fundação para as Comunicações Móveis, nunca nos convidaram para participar na Fundação para as Comunicações Móveis, nunca manifestámos algum interesse em participar e, com toda a franqueza, para mim, era algo que tinha a ver, mais uma vez o digo, com uma realidade que não era a nossa.

Não conheço os estatutos, não conheço os corpos sociais, porque não tenho que conhecer. É uma realidade que não nos diz respeito, de todo.

Apareceu, para nós, a Fundação para as Comunicações Móveis como entidade que seria, digamos, a interlocutora ou parte de todo este processo. E, aqui, não tenho dúvida alguma, fruto daquilo que foi acordado entre os

operadores móveis, os participantes nessa Fundação, e o Governo. Nós não tivemos aí qualquer participação, nunca tive nenhuma reunião, e, que eu saiba, ninguém da ZON teve qualquer reunião em que fosse tratado esse aspecto de coisas da Fundação, porque nós não participávamos.

Colocou a questão da previsibilidade, de haver outros operadores que tinham umas expectativas. Lembro-me perfeitamente de que, na altura, havia operadores que tinham expectativas muito diferentes das nossas e por uma razão muito simples: achámos que este projecto, para os segmentos a que se estava endereçar, grande parte das famílias, já teriam serviços de telecomunicações. Portanto, iam ver como uma boa oportunidade terem acesso ao computador, como, aliás, foi o que veio a acontecer, e, portanto, com toda a franqueza, fruto da experiência que temos de trabalho em conjunto na nossa equipa, nós achámos que não íamos ter um benefício por ter mais clientes de telecomunicações. O nosso único benefício, se quiser assim chamar-lhe, é, de facto, a possibilidade de sermos um agente neste projecto, que achamos que é um projecto importante.

A história dos computadores, do OLPC, foi um processo que durou vários anos. Começou, praticamente, em 2005/2006, e era uma iniciativa de ver como é que se conseguia construir um computador muito barato, a ideia era à volta de 100 dólares, mas, industrialmente, não se consegue, de facto, sem subsídios produzir uma coisa por 100 dólares. Este Negroponte, que é um homem do MIT, foi o grande promotor da ideia e, depois, como em tudo na vida, quando aparece alguém com uma ideia, aparecem os outros também a querer concorrer com essa mesma ideia. E foi o que aconteceu.

Portanto, hoje, se vocês forem a qualquer loja de informática, em Portugal, já vêem muitos computadores à venda por 270 €, 300 € e, às vezes, até um pouco menos, muitas alternativas de sistemas operativos, todas essas coisas e, no fundo, por que é que isto acontece? Porque estas coisas aconteceram há quatro ou cinco anos atrás. Portanto, acho que é o

mercado a funcionar normalmente. E não tenho dúvida nenhuma que, aqui, em relação a este projecto... Eu, por acaso, acho que o projecto e.escolinha tem algo que é singular em relação a muitos países e vejo isto como positivo. De facto, não conheço nenhum programa de âmbito nacional nem como o e.escola e muito menos como o e.escolinha. No e.escola não participei e tive conhecimento dele, a Portugal Telecom participou nele, mas eu não estive directamente ligado a esse projecto embora estivesse lá nessa altura. Mas a realidade é que dar acesso, por estes preços, a computadores aos miúdos, com ou sem banda larga, acho que é superimportante. Mais importante do que a banda larga, com toda a franqueza, é a possibilidade de estes computadores poderem ter acesso à *Internet* nas escolas, através das redes *wireless*. Isto era um facto e acho que, com franqueza, não saímos minimamente frustrados em todo este projecto. Acho que para a ZON aconteceu o que estávamos à espera que acontecesse: deu trabalho, foi complexo. Todos estes temas podem sempre resultar numa situação como esta que temos aqui hoje, quer dizer, levantam-se questões e o Estado tem dúvidas e acho que são, digamos, as democracias a funcionar, mas tem um custo para todos nós.

Do ponto de vista financeiro, controlámos o projecto, assumimos um determinado risco, cumprimos com esse risco. Talvez se tenha tido mais trabalho interno do que se estimava, mas não é por isso que estamos menos contentes por ter participado no projecto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço só uma confirmação, se o Sr. Presidente me permitir...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

O meu pedido de confirmação tem a ver com a clarificação da ideia, que me parece resultar da sua resposta. Pelos vistos, desde o início ou, pelo menos, desde muito cedo que sabiam que a ligação em banda larga móvel não seria obrigatória no e.escolinha.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não sei como é que depreende isso, porque eu não fazia ideia. Até posso precisar mais: em relação a esse detalhe, tenho quase a certeza de que era sempre dada à família ou ao estudante a opção do que é que queria de serviços ou não. Portanto, não me recordo de, em momento algum...

O Sr. **Presidente**: — Mas a questão que está a ser colocada não é essa. No Programa e.escola era obrigatória a ligação em banda larga e no Programa e.escolinha não foi obrigatório. E a questão que se colocou é: quando é que se soube que não era obrigatório? Quando é que se soube, para os intervenientes do Programa e.escolinha, que, nesse particular, havia uma diferença em relação ao Programa e.escola?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Como disse há pouco, nós, nessa altura, não tínhamos banda larga móvel. Se fosse obrigatório ter a banda larga móvel, não poderíamos fazer parte do projecto.

O Sr. **Presidente**: — É essa a resposta!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Nem sequer se trata de nos terem dito que era ou não; quer dizer, nunca estive lá, possivelmente, pelo menos, na conversa connosco.

Não sei, mais uma vez, quais foram as conversas que tenha havido entre as várias partes, a Fundação e os outros operadores, porque nós não estivemos em muitas dessas reuniões, de certeza.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Finalmente, Sr. Presidente, para clarificar também, para que não haja subentendidos que possam ser mal-entendidos, peço que confirme — e posso ter entendido mal da sua resposta — se, ao ir para a reunião de 25 de Julho de 2008, com o Ministério e com outros operadores, o senhor não sabia que existia um projecto Magalhães na calha e que seria apresentado daí a poucos dias.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu julgo que só soube da... Confesso que, em matéria de... Creio que é característica de qualquer Governo, muitas vezes, os eventos públicos são marcados não segundo as agendas das empresas mas mais das agendas dos temas políticos.

Portanto, acho que no dia 25 não sabia mesmo que iria haver uma assinatura no dia 30, só sabia que estávamos a discutir um processo, sei que se trabalhou, ao longo desses dias, depois dessa reunião, para acertar o documento que assinámos, porque — mais uma vez, um tema processual — eu não assino documentos sem ter a certeza de que esses documentos estão, digamos, aceites pelos nossos advogados internos, o que requer algum tempo, alguma troca, não há documento que fique bem à primeira. Mas creio que, no dia 25, não sabia que iríamos ter uma assinatura no dia 30.

Agora, estamos habituados a trabalhar depressa, quando é preciso, em projectos que sejam interessantes e este foi definitivamente, pela importância que acho que tem. Procurámos participar nele mais uma vez, fomos flexíveis nessa participação, achámos que todas as entidades envolvidas eram entidades que ofereciam todas as garantias, em termos de

idoneidade e de ética, e, portanto, não hesitamos muito. Mais uma vez, isto não é um processo comercial normal em que uma pessoa esteja a tentar proteger-se mais do que a tentar, digamos, concretizar qualquer coisa.

Portanto, acho que correu depressa, é verdade, mas nestas coisas, muitas vezes, nós fazemos negócios muito depressa também. Portanto, não é uma grande preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho aqui só pedidos de palavra para duas ou três aclarações, peço que sejam muito directos, que façam a pergunta muito concreta, esta audição já vai razoavelmente longa e já temos um conjunto de informação relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — São só duas questões, Sr. Presidente, e muito concretas.

Ao longo de toda a audição, não consegui perceber em que momento é que vocês tiveram conhecimento da Fundação para as Comunicações Móveis. No dia 25, na tal reunião de preparação do e.escolinha, já tinha sido indicado que a Fundação para as Comunicações Móveis era o interlocutor que iria servir de avaliador de todo o processo, ou só *a posteriori*, só em Setembro, é que vos foi apresentada a Fundação para as Comunicações Móveis com esse objecto?

Tivemos os restantes três operadores a assinar aditamentos ao contrato em Setembro de 2009. A indicação que tivemos de alguns deles, sendo que esta matéria não foi igual em todos os operadores, foi a de que essa assinatura do aditamento ao contrato seria, no fundo, uma garantia adicional de que o Estado aceitaria ser responsável pelas dívidas da Fundação para as Comunicações Móveis e foi colocada, enquanto contrapartida (este não é um bom termos para se utilizar nesta Comissão)

ou, melhor, enquanto uma obrigação que o Estado tinha para serem aprovados os relatórios e contas da Fundação. Não tenho conhecimento de que a ZON tenha assinado qualquer aditamento ao contrato, nessa altura, e isto, a não ter acontecido, no fundo, dá força a esta tese, de que foi mesmo uma imposição das operadoras a assinatura do aditamento ou, se não, não aceitariam o relatório e contas de 2008 da Fundação para as Comunicações Móveis.

Gostava que nos dissesse se existiu ou não um aditamento feito pela ZON.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Penso que não fizemos nenhum aditamento a coisa alguma, porque dá-me a sensação, pelo que está a descrever, que isso tem a ver com o funcionamento da Fundação e não com a relação connosco.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É um aditamento ao contrato...

O Sr. **Presidente**: — Só para clarificar, o aditamento foi feito ao contrato inicial em que, para além da Fundação, o Estado, através do Ministério das Obras Públicas, se obrigava nos compromissos financeiros que decorriam do programa. Portanto, no fundo, se a Fundação não pudesse garantir, o Estado garantia as verbas necessárias ao pagamento. No fundo, é isto.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Creio que isso se prende com o funcionamento...

O Sr. **Presidente**: — A ZON não teve nada a ver com isto. Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Que eu tenha conhecimento... Às vezes, até não se faz um aditamento, mas uma informação por correspondência, troca e aceito, mas eu não tenho conhecimento de nada. E acho que, normalmente, se tivéssemos tido, teria vindo em anexo aos contratos que mandámos para cá.

O Sr. **Presidente**: — E sobre a primeira questão, se no dia 25 já tinham conhecimento da Fundação ou se souberam que era através da Fundação que se iria operacionalizar o programa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Creio que só ouvimos falar na Fundação muito mais tarde, até porque não sei quando é que surge a ideia... Mais uma vez, não nos podemos esquecer de que não somos nem nunca fizemos parte do sistema de contrapartidas. Portanto, de certeza que há negociações, acordos, reuniões...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas dado que a Fundação ficaria responsável pela gestão do todo o programa...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas não, não tenho...

O Sr. **Presidente**: — Já ficamos a saber que não.
Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Rodrigo Costa, muito obrigado pelas suas respostas.

Era só para ajudar nesta última questão.

No próprio contrato, assinado a 16 de Abril de 2009, entre a ZON, a Fundação e o Ministério, na cláusula 13.^a, diz-se: «O Ministério manter-se-á ainda subsidiariamente responsável perante as operadoras pelo cumprimento pontual de todas as obrigações que venham a ser assumidas pela Fundação no presente contrato». Quer dizer, no contrato da ZON já cá está estava essa cláusula.

Depois, houve um outro documento, assinado entre a Fundação e a ZON, no dia 31 de Dezembro de 2009.

Portanto, isto é para ajudar, de alguma forma, se assim o entenderem, nesta última questão colocada pelo que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Gostaria de precisar aqui algumas coisas e, se calhar, até informar o Sr. Rodrigo Costa sobre algumas questões que não saberá.

A Fundação já estava obrigatoriamente a ser instituída por um despacho de 2002/2003, do Dr. Carlos Tavares, com os 25 milhões que cada uma das operadoras, exceptuando a ZON, tinha de fazer de contribuições para a Sociedade de Informação pela saída da OniWay.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Essa foi a tal sugestão da Maria de Lourdes Rodrigues!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que sejam directos a colocar as questões.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — E, portanto, já estava firmada a constituição da Fundação, e a ZON, nessa altura, nem sequer existia. O Sr. Deputado Bruno Dias colocou aqui a questão das Fundações e tal, etc. Reparo que, neste momento, não está presente.

Também gostaria de precisar, porque foi dito nesta Comissão, pelo Dr. Jorge Couto, que os computadores entregues no dia 23 de Setembro não tinham os conteúdos exigidos pelo Programa e.escolinha. Isto foi dito aqui, nesta Comissão. E nós continuamos aqui a baralhar a entrega dos 3000 e tal computadores do 23 de Setembro com o computador que foi adquirido pelas operadoras no âmbito do Programa e.escolinha. Isto foi dito aqui pelo Dr. Jorge Couto.

Portanto, também gostava de precisar, porque, se calhar, o Sr. Rodrigo Costa não tem conhecimento disto.

Gostaria que precisasse, porque há aqui uma baralhação, as datas das reuniões de Julho com o Ministério. As duas reuniões foram a 22 e a 25 de Julho ou a 25 e a 27 de Julho? Falou-se aqui em 22 e 25 e, às tantas, fiquei baralhado, porque, no início, percebi que teria sido em 25 e 27... Não sei em que datas é que foram feitas.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Isso é irrelevante!

O Sr. Luís Gonelha (PS): — É importante, porque, se calhar, a reunião onde se falou, quase um *brainstorming*, a 22, foi com um efeito e, na de 25, já havia, se calhar, uma minuta do contrato, que foi distribuída, para, depois, as operadoras aceitarem a minuta.

Fala-se aqui muito de quando é que a ZON teve conhecimento das características do Programa e.escolinha. Bem, Srs. Deputados, foram entregues pela ZON dois contratos de prestações de serviço, um assinado com a Youtsu e outro assinado com a Inforlândia, datados de 14 de Janeiro de 2009, que, na cláusula 2.^a, dizem o seguinte: «a partir deste momento, é um contrato de prestação de serviços e pode haver um fornecimento que estipula o preço, (...) e as condições de pagamento». Mas na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2.^a diz: «o fornecedor fica obrigado a fornecer esses

computadores pela proposta que apresentou no dia 22 de Outubro de 2008».

Portanto, no mínimo dos mínimos, a ZON teve conhecimento das características dos computadores no dia 22 de Outubro. Porquê? Porque estão anexadas a este contrato de prestação de serviços já as características do Programa e.escolinha. Está lá tudo. Apesar de o contrato da ZON com o Ministério para o Programa e.escolinha com as características dos computadores só ter sido assinado a 16 de Abril, neste contrato de prestação de serviços com os fornecedores, já cá estão, em anexo, as características do Programa e.escolinha. E se este contrato foi assinado a 14 de Janeiro de 2009 e se faz referência a uma proposta apresentada pelos fornecedores de 22 de Outubro de 2008, quer dizer que, no dia 22 de Outubro de 2008, os fornecedores sabiam as características. Foram informados por quem? Pela ZON. Quer dizer que, no máximo, a ZON, nesse dia, sabia as características, tinha que as saber para fazer consulta ao mercado. Quer dizer que vamos bater certo ao dia 15.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — 15 de Setembro!

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Portanto, não estou aqui a ver qual é a perplexidade! Isto desmonta pela raiz algumas sugestões, que aqui têm sido feitas. Têm-se levantado dúvidas sobre se as características do Programa e.escolinha foram alteradas, desde o dia 15 de Setembro até à data da assinatura do contrato, e isto vem provar que não, porque está cá escrito, está anexo, as mesmas características. Portanto, o programa é exactamente igual. Repito, está anexo a este contrato de prestação de serviços que nos foi facultado.

Ontem foi-nos que uma das exigências da ZON era uma caixa personalizada. Era diferente das outras, o que levou a Inforlândia a ter de

fazer uma caixa própria, com um desenho próprio para a ZON. Pergunto se isto corresponde a verdade e se isso entra realmente no intuito da ZON de se dar a conhecer a hipotéticos clientes que ainda não eram seus clientes.

Por último, o Sr. Deputado Bruno Dias perguntou se assinaram um protocolo de entendimento no dia 30 de Julho de 2008, que já previa que a contrapartida da ZON para a Sociedade de Informação seria de 1 milhão de euros, sem antes saber quais seriam as características do programa, ou seja, sem saberem se haveria ligação ou não... A ZON, independentemente de saber das características efectivas do programa, se haveria ligação a banda larga, etc., porque só soube disto posteriormente, assumiu logo um compromisso de 1 milhão de euros.

Peço-lhe que confirme essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Eu confirmo o tema de 1 milhão de euros, como já referi aqui várias vezes.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E isso está nos contratos?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Está, está tudo de acordo com os contratos. E em relação...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-vos que deixem o orador use da palavra.

Faça favor de prosseguir, Sr. Rodrigo Costa.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Em relação às especificações técnicas, acho que a nossa data é também 15 de Setembro, que é a data que foi para os outros operadores. Eu sabia que tínhamos recebido um *e-mail* em simultâneo com os outros. Portanto, se foi para os outros nesse dia, foi também para nós.

Quanto às datas de...

O Sr. **Presidente**: — Sim, 22 e 25 ou 25 e 27, foi a dúvida que foi colocada.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não estive na de 22, só estive na de 25.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

A outra pergunta tem a ver com a caixa...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Confesso que nós pedimos — agora não sei precisar se tinha sido a um ou a outro — uma embalagem diferente em relação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Espero que não seja para ler os contratos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, eu li os contratos! Fiz serão, mas li os contratos e li o volume das notas de encomenda. Aliás, o grande volume são cópias dos pedidos de compra.

O Sr. **Presidente**: — Notas de encomenda, é uma leitura fantástica para a noite!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Tenho algumas dúvidas sobre quatro pedidos de compra...

O Sr. **Presidente**: — Estou a registar que é uma boa leitura para a noite. Ao que mais se assemelha a notas de encomenda, assim, a altas horas da noite, só mesmo quando fiz a cadeira de Medicina Legal.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não foi preciso ser até muito tarde, porque eles eram repetitivos e a diferença está nos preços de uns e de outros.

Mas surgiram-me algumas dúvidas da análise que fiz dos pedidos de compras e gostava que me esclarecesse.

Há, aqui, um pedido de compra de 20 equipamentos para o projecto ZON-Phone-Campo de Ourique.

A Fundação paga à ZON todos os equipamentos adquiridos, sendo que paga por ser para o Programa e.escolinha...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Só paga esses!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Por isso é que pergunto: estes 20 equipamentos *Magalhães* para o Projecto ZON-Phone-Campo de Ourique são ou não do Programa e.escolinha, foram ou não pagos à ZON?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Esses não foram de certeza, não são para utilização... Podemos ter mandado... Com franqueza, são tantas centenas de páginas, mandámos tudo...

Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E seis *Magalhães* para o evento Megady?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Não sei o que é isso!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — 3350 *Magalhães* para as escolas com menos de cinco alunos, sendo que cada um custou 1,10 €. Confirma-me isto?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Oiça, você...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A nota de encomenda é esta, mas a minha dúvida é legítima...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Deixe-me ver para ver se...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — 3530 computadores por um valor líquido total de 3892,5 €, o que dá 1,10 €/computador, dizendo que são para entrega em escolas com menos de 5 alunos. Só preciso que me confirme...

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Posso ver! Se me der uma fotocópia, depois digo-lhe o que é.

(*diálogo ininteligível*).

O Sr. **Presidente**: — Se eu fosse a VV. Ex.^{as} não falava nesta reunião em esmiuçar, porque é da concorrência!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É exactamente por isso que eu não faço perguntas na segunda volta, porque vou seguir a sugestão, vou esmiuçar os documentos!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Tenho de ver o que é, para, depois, poder explicar.

O Sr. **Presidente**: — Podemos tirar uma fotocópia!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Já agora, quer das outras, porque explico-lhe as outras também?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Está bem, mas é só para dizer o que é que quer!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, já terminou?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem ainda alguma questão para pôr?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Sr. Presidente, já agora, só...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, como tinha dito que não...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu vou seguir a recomendação e vou ler.

O Sr. **Rodrigo Costa**: — De qualquer maneira, todos os papéis que entregámos é toda a documentação trocada entre nós e as entidades em questão, e todos os recebimentos que são feitos são processados, depois, pela Fundação. Portanto, não há possibilidade de haver erros de sobrefacturação ou de facturação errada.

Posso ver que projecto é que foi, pode ter sido só uma entrega provisória, mas tenho a certeza de que nós não recebemos... Aliás, só para ficar muito claro, tudo aquilo que nós fazemos em relação aos computadores em que nós vendemos serviços, nós, de facto, somos obrigados e pagamos o montante de 200 €. Todos os outros computadores entregues, o que fazemos, em termos de papéis, é receber os papéis de um lado e entregámos os papéis do outro lado também, para evitar qualquer tipo de erro.

Na auditoria, como vê, está aqui tudo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso é que uma auditoria teria sido importante!

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Mas uma auditoria, normalmente, acontece quando se encerra o processo. Portanto, é natural que venha a haver uma auditoria.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Reparei que os outros pedidos de compra têm, inclusive, indicado o nome do processo e do beneficiário. Estes casos é que me suscitaram dúvidas e, por isso, é que peço que, depois, nos dissesse...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Rodrigo Costa, dá por respondido?

O Sr. **Rodrigo Costa**: — Penso que sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem mais alguma questão?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos terminar a audição.

Agradeço ao Sr. Rodrigo Costa a colaboração que deu a esta Comissão de Inquérito.

Srs. Deputados, temos ainda um requerimento, que foi apresentado, ontem, pelo Sr. Deputado Hélder Amaral, no sentido de aprofundar e esclarecer o funcionamento do Grupo Interministerial que definiu os requisitos genéricos do computador que deveria ser usado no programa e.escolinha, vem requerer que seja perguntado ao Dr. Carlos Zorrinho quem é que fazia parte deste grupo.

Vamos passar à votação do requerimento.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

Está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 18 minutos.